



PERFIL URBANO DA CIDADE DA PRAIA ILHA DE SANTIAGO REPÚBLICA DE CABO VERDE

Setembro de 2013



Direitos Autorais © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), 2013

Todos os direitos reservados

As publicações do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos das Nações Unidas podem ser obtidas no seguinte endereço:

Escritórios Regionais e de Informação ou diretamente:

Caixa Postal 30030, GPO 00100 Nairobi, Quênia.

Fax: + (254 20) 762 4266/7

E-mail: unhabitat@unhabitat.org

Website: <http://www.unhabitat.org>

Este projecto foi preparado e gerido pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, DGOTDU do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, de Cabo Verde em Parceria com o Escritório Local do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONUHABITAT, no quadro do Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde.

O presente Perfil Urbano foi coordenado, a nível do país pela empresa Afrosondagem e supervisionado por Rafael Fernandes, Vereador e Ponto Focal da Câmara Municipal da Praia e Jeiza Tavares, Directora da DGOTDU.

A equipa de Gestão do Programa foi composta por Janice Helena Da Silva, Coordenadora da ONU-HABITAT para Cabo Verde; Kerstin Sommer – Responsável Global do PSUP e Mathias Spaliviero, Conselheiro Regional, ONUHABITAT

PERFIL URBANO DA CIDADE DA PRAIA: REPÚBLICA DE CABO VERDE:

HS Number: HS/023/14P

ISBN Number (Series): 978-92-1-132023-7

ISBN Number (Volume): 978-92-1-132612-3

Renúncias de Responsabilidades

A designação empregada bem como a apresentação do material contido nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites, ou ainda, sobre o seu sistema económico ou grau de desenvolvimento. A análise, conclusões e recomendações do presente relatório não reflectem necessariamente os pontos de vista do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Conselho de Administração da ONU-Habitat ou seus Estados-Membros. Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. As opiniões aqui expressas, não podem, de forma alguma, ser consideradas ser a opinião oficial da União Europeia. Fragmentos desta publicação podem ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte.

Edição (Cláudio Furtado, consultor local da ONUHABITAT)

Desenho e Layout: Matthieu Sublet, ONUHABITAT

Paginação: Jaime Silva

Arte Work: Mick Silves

Créditos das fotos: © ONU-Habitat, MAHOT e Câmara Municipal da Praia



PERFIL URBANO DA CIDADE DA PRAIA ILHA DE SANTIAGO REPÚBLICA DE CABO VERDE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
PREFÁCIO	6
INTRODUÇÃO GERAL	7
ESTRUTURA DO RELATÓRIO	8
INTRODUÇÃO	12
CONTEXTO URBANO	13
ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIROS INFORMAIS	12
SEGURANÇA URBANA	14
SERVIÇOS URBANOS DE BASE	18
AMBIENTE E RISCOS URBANOS	22
GÉNERO	25
VIH/SIDA	27
ANÁLISE SWOT DO PERFIL URBANO DA CIDADE	29
PROPOSTAS DE FICHA DE PROJECTO	36
ACRÓNIMOS	38
BIBLIOGRAFIA	38

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro	Assunto	Página
1	Taxa de urbanização por concelho	6
2	Nível de ensino da população por concelho	26
3	Razão de médico e enfermeiros por 10.000 habitantes	27
4	Camas por estrutura de saúde no ano 2000	28
5	Evolução de infecção VIH-SIDA 2001-2010	40

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico	Assunto	Página
1	Alojamentos com ligação à rede pública por concelhos	21
2	Alojamentos com sistema de evacuação de águas residuais	22
3	Alojamentos com instalações sanitárias por concelho	22
4	Alojamentos com electricidade por concelho	25
5	Agregados familiares que usam o gás e a lenha por concelho	25
6	Evolução da infecção VIH-SIDA e óbitos 2001-2010	41
7	Casos notificados VIH por idade e por género	41

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura	Assunto	Página
1	Cidade da Praia – construções espontâneas	8
2	Cidade da Praia construções espontâneas na periferia	8
3	Residência de material precário – cidade de espargos	9

PREFÁCIO DO DIRECTOR EXECUTIVO



De acordo com a pesquisa publicada no maior relatório da ONU-Habitat, O Estado das Cidades do Mundo 2010-2011, todas as regiões em desenvolvimento, incluindo as da África, Caraíbas e Pacífico, terão mais pessoas a viver em áreas urbanas do que nas áreas rurais até o ano 2030. Com

a metade da população do mundo já a viver nas áreas urbanas, são assustadores os desafios que enfrentamos na luta contra a pobreza urbana, na nossa busca por cidades sem assentamentos informais, cidades onde as mulheres se sentem mais seguras, cidades inclusivas com energia, água e saneamento, e transporte acessível, cidades melhor planeadas, mais limpas e mais verdes. Mas como mostra esta série, há muitas soluções interessantes e melhores práticas para a qual podemos recorrer. Afinal, os números dizem-nos que durante a década de 2000 a 2010, um total de 227 milhões de pessoas, nos países em desenvolvimento, saiu de condições de moradores dos assentamentos informais. Em outras palavras, os governos, cidades e instituições parceiras, colectivamente, superaram a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no que toca aos assentamentos informais, duas vezes e 10 anos à frente do prazo acordado de 2020. A Ásia e o Pacífico estiveram na vanguarda dos esforços bem-sucedidos para alcançar a mesma meta, com todos os governos da região melhorando a vida de cerca de 172 milhões de moradores dos assentamentos informais entre 2000 e 2010.

Na África subsaariana, porém, a proporção total da população urbana vivendo em assentamentos informais diminuiu apenas 5 por cento (ou seja 17 milhões de pessoas).

O Gana, Senegal, Uganda e Ruanda foram os países mais bem sucedidos na sub-região, reduzindo as proporções de moradores de assentamentos informais, até mais de um quinto na última década.

Cerca de 13 por cento do progresso feito em direcção à meta mundial sobre os assentamentos informais ocorreu na América Latina e no Caribe, onde estima-se que 30 milhões de pessoas saíram de condições de moradores dos assentamentos informais, desde o ano 2000.

No entanto, a ONU-Habitat estima em confirmar que os progressos realizados, para a meta dos assentamentos informais, não têm sido suficientes para conter a expansão demográfica em assentamentos informais no mundo em desenvolvimento. Neste sentido, os esforços para reduzir o número de moradores dos bairros de

assentamentos informais não são satisfatórios nem adequados.

Como parte dos nossos esforços para resolver esta crise, a ONU-Habitat está a trabalhar com a Comissão Europeia e o Secretariado para a África, Caraíbas e Pacífico (ACP), sediado em Bruxelas, visando apoiar o desenvolvimento urbano sustentável. Dadas as necessidades urgentes e diversificadas, achamos necessário desenvolver uma ferramenta para uma rápida avaliação e planeamento estratégico de forma a orientar as intervenções imediatas, de médio e longo prazo. E aqui nós temos isso na forma desta série de publicações. O Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais (Participatory Slum Upgrading Programme) é baseado no diálogo político entre a ONU-Habitat, o Secretariado ACP e a Comissão Europeia, que remonta ao ano 2002. Quando as três partes se reuniram na sede da ONU-Habitat, em Junho de 2009, mais de 200 delegados de mais de 50 países aprovaram uma chamada retumbante à comunidade internacional para prestar maior atenção a estas questões de urbanização, e para estender o programa de urbanização dos assentamentos informais para todos os países do Grupo ACP.

Vale a pena lembrar aqui como somos gratos ao nono Fundo de Desenvolvimento da Comissão Europeia aos países ACP disponibilizando 4 milhões de euros (5.7 milhões de dólares no câmbio de Junho de 2011) para permitir à ONU-Habitat a realização do programa, que hoje atende a 59 cidades em 23 países africanos, e mais de 20 cidades em seis países do Pacífico, e quatro países do Caribe. Na verdade, desde a sua criação em 2008, o programa de urbanização dos assentamentos informais alcançou a confiança de parceiros a nível de cidade e país na África, no Caribe e no Pacífico. Ele está a dar uma grande contribuição destinada a apoiar os esforços de redução da pobreza urbana, como cada relatório desta série nos mostra. Eu gostaria de expressar a minha gratidão à Comissão Europeia e ao Secretariado ACP pelo seu compromisso com este programa de urbanização dos assentamentos informais. Eu tenho toda a confiança de que os resultados descritos neste perfil, e noutros, servirá para orientar o desenvolvimento de respostas, capacitação e investimentos no sector urbano.

Além disso, eu gostaria de agradecer a cada Equipa País pelo seu contínuo apoio neste processo, que é essencial para o sucesso da implementação do Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais.

Dr. Joan Clos

Sub Secretário Geral das Nações Unidas
Director Executivo da ONU-Habitat

PREFÁCIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA



O grande desafio de governação da cidade da Praia é resolver os problemas originados pelo rápido crescimento populacional da cidade e pela falta de planeamento, estancar a dinâmica própria desses problemas e inverter o caminho para tornar a cidade num espaço com bons níveis de qualidade de vida, inclu-

siva, atractiva e competitiva do ponto de vista ambiental, económico e cultural.

A nossa dura missão tem sido mostrar que é possível, num país com um PIB per capita de 3.436 dólares, construir soluções que tornem a capital numa cidade segura, organizada, bonita, limpa e com bom nível de salubridade; uma cidade cosmopolita, competitiva e dinâmica do ponto de vista económico e cultural; uma cidade inclusiva e solidária, confiante, capaz de gerar oportunidades para a melhoria da qualidade de vida e ascensão social dos mais pobres e vulneráveis.

É uma luta que passa por importantes investimentos físicos e por um forte empenho e determinação na mudança e promoção de comportamentos e atitudes favoráveis a uma vida urbana de maior qualidade.

A requalificação dos bairros e do centro histórico da cidade, o saneamento do meio, a organização do comércio informal, a criação de espaços verdes e a construção de espaços públicos de entretenimento e lazer, a construção de infraestruturas desportivas, são alguns exemplos de investimentos físicos que têm alterado a fisionomia da cidade. O efeito central pretendido é o de elevar a auto-estima dos munícipes e fazer-lhes acreditar e perceber que é possível transformar a cidade para que possam fazer parte activa desse processo de mudança. Contribuí fortemente para esse efeito, a devolução da cidade às pessoas através de espaços públicos qualificados, como a rua pedonal, ginásios para a prática de exercício físico ao ar livre, praças equipadas com acesso gratuito a internet,

eventos culturais e desportivos diversificados, regulares e ao ar livre e a requalificação da frente marítima, como é o exemplo da praia de Quebra Canela.

Tão importante também é o investimento institucional na autoridade e posturas municipais; na educação ambiental e na promoção da cidadania. A cidade é a “polis”. Na sua essência é entendida como “a comunidade organizada”, formada por cidadãos que partilham espaços públicos e privados e que por isso pressupõe a existência de regras e de ordem, de forma a garantir uma boa convivência e o respeito pela liberdade individual, para além dos imperativos dos bens públicos que devem ser garantidos ao nível da segurança, da sustentabilidade ambiental, da saúde pública e do primado da lei.

A complexidade da governação da cidade deriva do facto de se ter que actuar em várias dimensões ao mesmo tempo: urbanização, saneamento, infraestruturas, transporte, cultura, desporto, lazer, economia, habitação, cidadania e posturas.

A experiência de cerca de 4 anos à frente da Câmara Municipal da Praia tem reforçado em mim a convicção de que as cidades desempenham no mundo actual um papel cada vez mais importante no domínio da qualidade de vida, da sustentabilidade ambiental e da atractividade e competitividade económica. Por isso não se compadece com abordagens, meios e recursos como se pensava há 30 anos atrás, em que o poder municipal era visto apenas como utilidade administrativa para licenciar obras, fiscalizar e recolher lixo.

Ulisses Correia e Silva

Presidente da Câmara Municipal da Praia

INTRODUÇÃO

A elaboração do presente documento – Perfil Urbano da Cidade da Praia-, inscreve-se no quadro das acções desencadeadas pela ONU- HABITAT através do Gabinete Regional para a África (BRA).

Constitui objecto desta iniciativa a dotação da capital do país de um instrumento referencial participativo de intervenção urbana, baseado num diagnóstico rápido e transversal da situação urbana prevalecente que aponta, não só, os resultados e progressos alcançados no processo de promoção e desenvolvimento socioeconómico da cidade, como ainda, apresenta um conjunto de fichas de projectos cujas acções possam contribuir para a melhoria das capacidades institucionais de gestão da oferta de respostas ajustadas às reais e manifestas insuficiências emergentes do diagnóstico.

Constituem igualmente propósitos perseguidos com a elaboração do presente documento, a redução sustentada das assimetrias intra-urbanas através da implementação de um conjunto de medidas de políticas articuladas, sinérgicas e participativas, tendentes à melhoria continuada das condições de vida das populações residentes no meio urbano.

Nesta perspectiva, a identificação e a eleição de mecanismos e ferramentas de intervenção estratégica poderão constituir-se em fatores determinantes para o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Para a elaboração do presente documento, um diagnóstico rápido participativo foi conduzido com recurso à utilização de instrumentos e técnicas do método qualitativo de pesquisa, consistindo essencialmente na recolha, análise e sistematização de dados/informações existentes, condução de entrevistas semi-estruturadas junto a um grupo de personalidades-chave e consultas às instituições locais, nomeadamente a Câmara Municipal da Praia, os serviços da saúde, da polícia e segurança, as associações comunitárias, as ONGs, e outras demais instituições de promoção e intervenção no desenvolvimento local.

Assim, os resultados do diagnóstico reflectem, não só, um retrato fiel e objectivo da realidade urbana actual da cidade da Praia, como traz no seu bojo uma clara perspectiva de intervenção sectorializada e focalizada com vista à redução das vulnerabilidades e das assimetrias locais existentes.

Trata-se de uma iniciativa pioneira que aborda de forma sucinta os grandes progressos alcançados nos diferentes sectores de intervenção urbana, os estrangulamentos que ainda persistem e os desafios que se perspectivam para uma intervenção espacial/territorial complementada num quadro de parcerias multisectoriais capazes de assegurar um aproveitamento mais eficiente e eficaz dos recursos disponíveis e mobilizáveis.

REFERÊNCIA METODOLÓGICA

Seguindo as orientações metodológicas do promotor desta iniciativa, a preparação do presente Perfil da Cidade da Praia compreende essencialmente três fases distintas e complementarmente especializadas, a saber:

Uma primeira fase que consistiu numa rápida avaliação e caracterização das condições de vida na cidade, tendo como principais eixos de análise os múltiplos aspectos que enformam os seguintes sectores de intervenção urbana: i) Governação Urbana e Desenvolvimento Económico; ii) Alojamento e condições de vida nos bairros informais; iii) Segurança urbana; iv) Serviços Urbanos de base; v) Ambiente e riscos urbanos; vi) Género, e; vii) VIH-SIDA.

Para a elaboração do diagnóstico, o recurso facilitado ao manancial de informações e dados secundários, produzidos tanto a nível central, como local e sectorial revelou-se de extrema valia para uma melhor compreensão e diferenciação da situação urbana na cidade. O documento de proposta do PDM para a Cidade da Praia nas suas diferentes versões constituiu um referencial muito importante. Complementarmente, entrevistas semiestruturadas e discussões com personalidades-chaves e portadoras de conhecimentos específicos sobre a realidade urbana da cidade foram projectadas e seus resultados incorporados na análise.

Para uma melhor clarificação dos aspectos mais qualitativos, visitas e consultas a instituições relevantes foram também conduzidas. O menu metodológico comportou ainda uma revisão alargada dos relatórios, planos, projectos, publicações e outros documentos que retratam aspectos específicos da vida urbana na capital.

De forma sintética, e em resultado das contribuições mobilizadas, um exercício de análise SWOT foi conduzido com vista a identificar e isolar os aspectos mais positivos da situação urbana, as insuficiências ainda existentes, as oportunidades que podem ser potencializadas e os desafios a serem enfrentados. Deste exercício resultou um conjunto articulado de fichas de projectos prioritários de intervenção urbana, que fazem parte integrante do documento e constituem referenciais de mobilização de recursos, vontades e capacidades com vista a uma intervenção participada e responsável de combate aos fenómenos de precariedade que ainda assolam a capital.

Os conteúdos do presente perfil foram submetidos não só à apreciação dos diferentes stakeholders de forma isolada como ainda constituíram objecto de validação pública num workshop realizado na sede do Município da Capital. As propostas e sugestões avançadas no workshop e que mereceram o aval da maioria dos presentes foram incorporadas na versão final do documento. Assim sendo, espera-se que os conteúdos do relatório final reflectam de facto um diagnóstico realístico da situação, do qual resulta um conjunto articulado de projecto de intervenções prioritárias multisectoriais e,

sobretudo, focalizadas na redução sustentada da pobreza urbana. Para a concretização dos projectos eleitos propõe-se a adopção de uma pedagogia de intervenção baseada numa abordagem holística e participada envolvendo os diferentes parceiros engajados.

Numa segunda etapa, em resultado das prioridades e projectos identificados, estudos preliminares de viabilidade técnica, social, financeira e económica serão conduzidos e seus resultados traduzidos em projectos concretos de intervenção, formação e capacitação institucional.

Numa terceira fase, os esforços serão concentrados na implementação, monitorização e avaliação dos projectos elaborados, tendo sempre presente o foco nos eixos prioritários de desenvolvimento, como sendo as necessidades de formação, de reforço das capacidades institucionais de organização, gestão, administração e investimento.

Nesta perspectiva, os resultados deste relatório inscrevem-se tão-somente no quadro das actividades da primeira etapa de preparação do RUSP para a Cidade da Praia.

ESTRUTURA DO DOCUMENTO

O presente relatório articula-se, fundamentalmente, em torno de sete grandes eixos, coincidentes com as indicações e os resultados preconizados pelos promotores do estudo:

O primeiro capítulo apresenta uma breve referência sobre o enquadramento do presente documento, sua abrangência, contexto, objectivos e resultados preconizados.

O segundo capítulo versa sobre o contexto do estudo, apontando algumas referências de carácter global sobre o objecto do estudo, ou seja, sobre a Cidade da Praia.

Uma breve descrição sobre a abordagem metodológica recomendada e adoptada constitui objecto do terceiro capítulo.

No quarto capítulo é apresentada de forma abreviada uma análise sectorial detalhada da situação urbana cidade da Praia com particular enfoque nos aspectos relacionados com i) Governação Urbana e Desenvolvimento Económico; ii) Alojamento e condições de vida nos bairros informais; iii) Segurança urbana; iv) Serviços Urbanos de base; v) Ambiente e riscos urbanos; vi) Género; vii) VIH-SIDA.

O quinto capítulo apresenta uma análise SWOT onde são identificados e elencados os aspectos mais fortes, os menos fortes e as oportunidades e desafios em relação aos sectores eleitos para análise. A concluir o capítulo, e em resultado da análise SWOT, um conjunto de fichas de projectos prioritários é apresentado.

O interesse particular do relatório reside no facto de oferecer de forma abrangente uma visão crítico/analítica da situação espaço/territorial e humana da capital do país, identificando projectos prioritários para as diferentes áreas de intervenção urbana.

CONTEXTO

A Cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde e sede do Município do mesmo nome, situa-se no litoral Sul da ilha de Santiago, a maior ilha do arquipélago.

Com o advento da independência nacional em 1975, a cidade da Praia conheceu uma explosão demográfica em consequência de um forte movimento migratório das restantes ilhas e concelhos do país em direcção à capital. Também foi nesse mesmo período que os bairros emergentes nas proximidades do Plateau, até então sede administrativa do país, passaram a fazer parte integrante da Cidade e desta feita passíveis de inclusão nos planos de urbanização e infra-estruturação urbana da cidade.

A cidade capital constituiu-se, desde então, no maior centro populacional do país albergando uma população de 131.602 habitantes conforme dados publicados no Censo de 2010 (INE, 2010). Essa cifra representa hoje mais de 45% da população residente na Ilha de Santiago e mais de 25% da população total do arquipélago.

Todavia, o boom demográfico que caracterizou a capital no período pós independência não foi linearmente acompanhado de medidas de política capazes de responder de forma integrada a emergência de um novo fenómeno marcado simultaneamente por uma rápida expansão do perímetro urbano da cidade, pela proliferação incontrolada e desorganizada de pequenos e isolados bairros na periferia da cidade e, sobretudo, por uma crescente demanda de solos para a construção e demais serviços sociais de base. A cidade viu-se, assim, confrontada com grandes desafios de saneamento e salubridade agravadas, simultaneamente, por uma situação de crescente urbanização da pobreza, de aumento das desigualdades sociais e económicas e, sobretudo, de incapacidade de oferta atempada de resposta face às demandas e necessidades das populações que cada vez mais superam as disponibilidades em termos de recursos e serviços disponíveis.

Os progressos conseguidos no processo de modernização e desenvolvimento do país, e que ditaram a sua graduação ao grupo dos países de rendimento médio, não foram ainda suficientes para alterar de forma substancial os principais determinantes das condições de precariedade de vida de parte significativa da população urbana residente na capital. O desemprego, particularmente entre os jovens, a delinquência juvenil, a criminalidade urbana, a violência doméstica e a multiplicação dos fenómenos de insegurança urbana, aliados às dificuldades de acesso à água, energia e saneamento constituem, dentre outros, alguns dos principais desafios que ainda afligem as populações residentes na capital do país.

MUNICÍPIO DA PRAIA		2010	
Código Zona	Nome Zona Agrupamento de Bairros	Área (m ²)	População Estimada
100	PRAIA NORTE (U1)	12.886.072	47.648
200	PRAIA CENTRO (U2)	1.141.782	5.537
300	PRAIA SUL (U3)	6.819.382	31.969
400	PRAIA ORIENTAL (U4)	14.089.115	6.612
500	PRAIA OCIDENTAL (U5)	9.853.031	36.060
600	PRAIA COROA/ARCO NORDESTE (R1)	21.243.845	1.216
700	PRAIA COROA/ARCO NOROESTE (R2)	22.174.062	492
800	PRAIA COROA/ARCO SUDOESTE (R3)	13.257.302	2.185
Total:		101.464.591	131.719

Fonte: PDM da Praia

GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A capital do país é o retrato fiel da evolução da economia do país. Conjuntamente com a ilha do Sal e da Boa Vista, a Praia apresenta-se no contexto do país, como o centro de maior dinâmica no que se refere ao crescimento económico e a criação de riquezas. Constituem-se como peculiaridades deste centro o facto de constituir-se simultaneamente em centro de decisão política e igualmente de decisão económica. Na realidade, é na Praia que estão sediados todos os órgãos de soberania e a generalidade das sociedades comerciais e de serviços mais importantes do país. Esse facto tem permitido uma articulação adequada entre as políticas públicas e o sector privado, especialmente ao nível da melhoria do ambiente de negócios.

Para além disso, a Praia é a sede administrativa do país, sendo o centro de quase todos os serviços do Estado. Apenas serviços muito particulares estão sediados noutras ilhas como, por exemplo, o serviço de meteorologia. Por essa razão, a criação de riqueza na capital tende a ser bastante mais acentuada do que no restante território nacional. Assim se compreende que seja a capital o responsável pelo maior aumento da população do país, embora em termos percentuais as ilhas da Boa Vista e do Sal tenham tido, na última década, taxas mais elevadas de crescimento. A população na capital, segundo o Censo 2010, ronda os 131.719 indivíduos, à volta de 27% da população residente no país. A população da capital aumentou em cerca de 33 mil pessoas na última década, um crescimento médio anual de 2,9%, muito acima da média nacional de 1,3% ao ano, apenas superada pelas ilhas do Sal e da Boa Vista. Cerca de 97% da população do concelho vive na cidade, fazendo com que a Cidade da Praia se transformasse no município com maior taxa de urbanização, tendo inclusivamente ultrapassado a ilha de São Vicente. Em 2010, a densidade populacional na Praia rondava as 1300 pessoas por Km², valor 10 vezes superior à média nacional, sendo que a população no município é 7 vezes superior à existente em 1940. A capital caracteriza-se ainda por ser atractiva não apenas para os fluxos migratórios nacionais mas também para os internacionais.

Este crescimento populacional acelerado tem colocado pressão sobre as infra-estruturas, fazendo com que a Cidade, pouco a pouco, passasse a enfrentar os problemas próprios de um centro urbano de alta atractividade e concentração populacional. Do ponto de vista da economia municipal, Praia tem conhecido um crescimento das actividades económicas, traduzindo numa produção de riquezas comparativamente superior aos demais centros do país. Segundo um estudo produzido em 2007 sobre a cartografia do desenvolvimento humano e da pobreza humana em Cabo Verde pelas Nações Unidas a ilha de Santiago representava mais de metade do PIB nacional, 53,1 dos 98 milhões de contos a nível nacional, na qual se percebe que a Praia é responsável por mais de 60%.

Este crescimento tem, ainda, viabilizado um conjunto

de actividades económicas, normalmente inviáveis pela inexistência de um número mínimo de população. Por essa razão se percebe que a instalação das infra-estruturas de apoio aos negócios esteja sendo feita primeiramente na Praia e secundariamente noutros municípios. Entre estas se encontram nos últimos anos a construção do novo aeroporto, a expansão do porto, o asfaltamento das estradas de ligação ao interior da ilha, os parques industriais, etc.

Isso permitiu um incremento da actividade económica no município cujo peso tende a aumentar, sobretudo pela centralidade crescente do sector privado. Segundo o INE, as empresas na Praia empregavam em 2007 cerca de 13,6 mil pessoas, cerca de 29% do total nacional. No entanto, mantém-se relativamente elevada a taxa de desemprego na capital, estimada em cerca de 17% (mais de 8 mil desempregados), cerca de 4 pontos acima da média nacional.

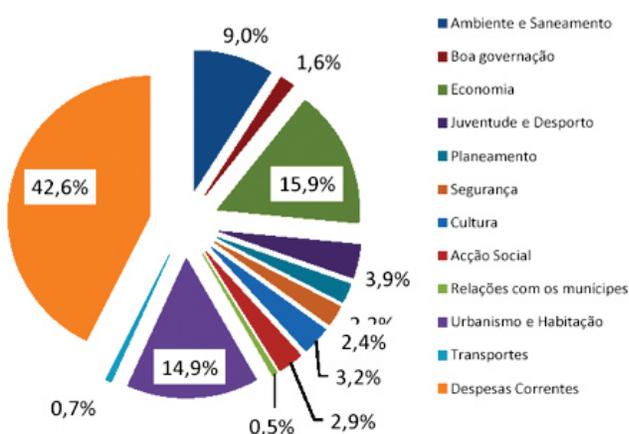
De notar que, em relação ao turismo, sector de maior crescimento no país, a contribuição da Cidade da Praia é ainda muito incipiente. A capital do país beneficia de um turismo de curta duração mais virado para os negócios. Essa vocação tem sido aproveitada de forma muito consistente, tendo inclusivamente impulsionado o investimento em estabelecimentos e serviços de suporte à actividade. Em 2010, a ilha de Santiago no seu todo comportava 42 estabelecimentos hoteleiros, o que representava 24% do total dos estabelecimentos no país, e em termos de número de camas e quartos 11% e 14%, respectivamente. O número de hóspedes representava aproximadamente 14% do total e o número de dormidas apenas 4%, indiciando assim, um turismo de curta duração das estadias, mais compatível com o turismo de negócio do que com o turismo de praia e sol que o país oferece, particularmente nas ilhas do Sal e da Boa Vista.

Entretanto, a cidade tem procurado aproveitar a demanda existente para o negócio para se afirmar progressivamente como um centro internacional de negócios. Nesta perspectiva se inscrevem as múltiplas iniciativas de promoção desencadeadas, de onde se destaca a instituição da Feira Internacional de Cabo Verde (FIC), a realização de outras feirtras temáticas, e o desenvolvimento de medidas de políticas com vista à criação das condições para o estabelecimento de um parque tecnológico e a edificação de um centro financeiro na capital. A instalação das principais universidades tem dado um contributo importante, em especial a universidade pública “Universidade de Cabo Verde – UNICV” cujo impacto na cidade tem sido marcante.

Para além dos serviços produzidos pelo sector público a cidade da Praia já possui um sector empresarial bem consolidado, é na capital que se encontram as principais indústrias do país e a generalidade dos serviços produzidos pelo país, sem que se possa enfatizar a especialização crescente dos negócios que está a ocorrer nas ilhas do Sal, da Boa Vista e, parcialmente, na ilha de São Vicente. Por exemplo, a capital é actualmente sede das mais

importantes indústrias de extracção e transformação de pedra, fruto da forte dinâmica do sector da construção, motivada pelo forte investimento nas infra-estruturas na capital. Possui também indústrias emergentes, como a produção de medicamentos, que exportam cada vez mais para os países continentais de África e, excepcionalmente -agro-alimentar para a diáspora. A cidade acolhe, ainda, sedes de empresas do sector dos transportes marítimos que cada vez mais dominam o transporte para a Europa e, recentemente, para a África. O aeroporto da Praia tende a centralizar cada vez mais o fluxo de passageiros nacionais, estando actualmente a operar com constrangimentos face ao aumento acelerado do tráfego internacional. Para além disso, de forma transversal se constata que é a Praia o destino principal das empresas estrangeiras que pretendem operar em Cabo Verde, o que tem permitido a transferência de tecnologia para o país, métodos de gestão mais modernos e uma maior produtividade das empresas, tal como denunciado pelo aumento da facturação média das empresas.

Perfil do Orçamento 2010 da CMP



Fonte: PDM da Praia

No entanto, convivem com essas empresas modernas, um sector informal crescente e com peso importante na

actividade económica. Caracterizado por pequenas unidades produtivas, o sector empresarial da Praia compreende cerca de 6 mil das 24 mil unidades informais existentes no país, predominando nos sectores do comércio (57%), indústria (21%) e serviços (21%). Mais de 80% destas unidades possui apenas 1 trabalhador. A capital apresenta um número considerável de vendedores ambulantes ou informais, especialmente ao redor dos principais mercados da capital: Sucupira e Plateau. No entanto, o município tem conseguido, com algum esforço reduzir essa prática principalmente nas principais vias do Plateau. Existem importantes investimentos em curso visando colocar em espaços próprios esses vendedores informais. Em simultâneo, tem sido aumentada a capacidade dos serviços de fiscalização, em especial com a instituição do serviço da guarda municipal, como forma de melhorar o controlo das actividades de comércio ambulante, e garantir o cumprimento das regras de conduta pelos municípios.

A capital, pese embora o facto de a Constituição prever um estatuto especial, não tem conseguido efectivar esse estatuto por falta de consenso político. Assim, embora sedie as principais autoridades do país, sendo simultaneamente centro político, económico e administrativo, a gestão do município é feita por um executivo camarário desde 1992, data das primeiras eleições municipais no país. A partir daí, a Câmara Municipal conheceu governos afectos ao MpD e ao PAICV, sendo actualmente governada por um presidente afecto ao MpD. Conheceu nesse período 3 presidentes diferentes, que governaram em estabilidade mesmo em momentos em que os seus governos eram minoritários. Esta estabilidade governativa tem permitido um desenvolvimento acelerado do município, estimulado por investimentos públicos do governo central.

Nas últimas eleições a área do município já se encontrava reduzida pelo facto de parte importante da sua área rural (duas das 3 freguesias do concelho) se terem transformado num novo município em 2005, o da Ribeira Grande de Santiago.

O executivo tem tido orçamentos crescentes nos últi-

mos anos, embora sejam frequentes as reclamações que apontam ser insuficientes face ao estatuto especial que deveria ter e, sobretudo, pela pressão urbanística e demográfica provocada pelos fortes movimentos migratórios. Segundo um estudo sobre as finanças municipais, fica evidente que os montantes previstos no orçamento têm sido bastante superiores ao realizado efectivamente. Em 2009, dos 2,1 milhões de contos orçados, 1,2 eram receitas correntes e 0,9 receitas de capital. Igualmente, 0,8 deveriam ser despesas correntes e 1,3 despesas de capital. As receitas totais acabaram por ser de apenas 0,9 milhões de contos e as despesas em montante semelhante (41%, 17 pontos abaixo da média nacional), revelando baixas taxas de execução a que não é estranho o efeito da crise internacional.

De destacar que as receitas orçamentadas para a capital são de apenas 16 contos per capita, uma das mais baixas a nível nacional, contrastando claramente com a Boa Vista com um valor de 87 contos per capita. Ainda, a Praia recebeu do Fundo Financeiro Municipal em 2009 cerca de 332 mil contos, equivalente a 2,5 contos por habitante (metade da média nacional de 5,1 contos). Este valor é muito baixo comparado com o recebido pelos municípios da Ribeira Grande de Santiago, Ribeira Brava, Paul e muitos outros pequenos municípios do país em que ronda os 9 a 10 contos por habitante.

A Câmara Municipal da Praia criou em 2008, através da deliberação nº 07 de 21 de Agosto (BO nº 35 – II Série de 17/09/2008), o Conselho Municipal de Concertação Estratégica para o Desenvolvimento da Praia, um órgão consultivo de concertação que pretende governar o Município da Praia com a participação organizada dos munícipes e das instituições sedeadas no Concelho em matéria de desenvolvimento económico, urbanístico e social.

ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIROS URBANOS INFORMAIS DA PRAIA

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO DA CIDADE

De acordo com as análises feitas aos tipos de traçados existentes na Praia, cerca de 6 km² (44%) de solo urbano actual foram produzidos tendo por base planos urbanísticos. As ocupações que não foram previamente planeadas representam cerca de 8 km² (56%), dos quais 5km² de superfície pertencentes aos bairros de crescimento “espontâneo” mais recentes.

Segundo o Censo 2010, Praia detém actualmente cerca de 37.127 alojamentos, dos quais foram estimados 36.030 urbanos e 1.097 rurais/periurbanos. Nos alojamentos urbanos, estima-se que apenas 20% estão inseridos nos traçados das malhas da “Cidade Formal”, estando os restantes 80% distribuídos pelas AUGI (“Cidade Informal”), sendo metade ocupada pelos bairros espontâneos mais recentes, e a outra metade pelos traçados de malha urbana dos bairros em consolidação. Apresentam-se a seguir algumas imagens ilustrativas dessas situações.

Em detrimento do requisito da qualidade, a ocupação urbana deixou-se levar pela via da “extra-legalidade” e da “informalidade” generalizada, sem grandes exigências ao nível de uma administração actuante e fiscalizadora, no rigor técnico nos licenciamentos dos projectos de arquitectura e execução das obras, principalmente no cumprimento dos prazos e outros procedimentos do Regulamento Geral de Construção e Habitação Urbana que, por exemplo, condicionavam a ligação às redes concessionárias (electricidade, água, esgoto, telefone) à emissão do Certificado de Habitabilidade após vistoria da construção concluída, cuja inobservância por parte das autoridades acabou por gerar a proliferação de moradias unifamiliares inacabadas cujo cinzentismo é a principal característica da cidade.

Durante muito tempo a única forma encontrada para a

disponibilização do solo urbanizado foi por via dos serviços técnicos da Câmara Municipal da Praia (CMP), que acabava por funcionar como o único agente promotor imobiliário: dono de obra, projectista, gestor, vendedor, fiscalizador e, muitas vezes, construtor das moradias sociais de apoio aos carenciados, destacando-se maioritariamente os lotes de terrenos não infra-estruturados, supostamente urbanizados (através de planos urbanísticos muitas vezes sem terem sido aprovados). Existem apenas dois exemplos de promoção pública onde os lotes disponibilizados foram infra-estruturados (Palmarejo e Achada São Filipe), sendo certo que mesmo nesses dois últimos casos, inúmeras infra-estruturas estão ainda por fazer.

Nem sempre havendo resposta do promotor público à demanda populacional, a solução imediata encontrada para resolver o problema, foi a via da construção clandestina.

Segundo estudos anteriores ao processo de elaboração do PDM, apenas 34% da população foi coberta pelo mercado formal de habitação (entre 7 a 10 mil famílias de um total de cerca de 34 mil pessoas). Face aos números apresentados das necessidades habitacionais e da fraca resposta do poder público na produção de fogos/alojamentos para suprir e reduzir o défice habitacional, os bairros “espontâneos” (AUGI) acabaram por funcionar como uma espécie de “mal necessário” ao apresentar-se como solução de muitas pessoas para resolver o problema de carência das habitações.

O surgimento das áreas urbanas de génese ilegal e o fenómeno das construções espontâneas/clandestinas estão intimamente relacionados com o défice resultante da insuficiente capacidade de resposta do poder público na



Bairro “Jamaica”



Encosta Eugénio Lima – Pensamento

produção do solo urbano, para fazer face ao crescimento populacional, sendo o fenómeno aproveitado para as mais variadas especulações e oportunidades para o lucro rápido.

Se durante muito tempo esse fenómeno de extra-legalidade não preocupou muito a sociedade e as autoridades, nos últimos tempos com as questões sociais que se acentuam cada vez mais, associada à onda crescente de criminalidade que encontrou o ambiente fértil e labiríntico dos bairros informais para se propagar, passa a haver cada vez mais interesse na resolução e na abordagem de solução para esses bairros que, seguramente constituem um dos maiores desafios do Município da Praia.

Assim, de um modo geral, o parque habitacional é largamente deficitário tanto em quantidade como em qualidade. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) no Censo 2010, na cidade da Praia menos de 25% dos alojamentos estão ligados à rede pública de esgotos, embora 48% cento possuam uma fossa séptica e 74,2% dos alojamentos possuem instalações sani-

tárias. No que diz respeito às instalações de banho ou duche constata-se que 53,9% dos alojamentos possuem pelo menos uma banheira ou polibã com chuveiro. Cerca de 89,3 por cento dos alojamentos estão ligados à rede pública de electricidade e 60,8% alojamentos têm ligação à rede pública de água.

Estando mais de dois terços da população da cidade a viver em zonas de risco (encostas e linhas de água) ela está por essa mesma razão limitada em relação à acessibilidade, pelo que não pode desfrutar de uma rede de transportes públicos capaz de cobrir todo o tecido da cidade e outros serviços públicos que dependem de uma rede de vias de comunicação e de organização urbana (toponímia), o mesmo ocorrendo com a disponibilização de outros serviços básicos tais como os de emergência médica e de protecção civil.

SEGURANÇA URBANA

A situação da segurança na capital apresenta alguns aspectos críticos, resultante do rápido crescimento urbano e de ser a maior aglomeração do país. Na Praia, em particular, os crimes representavam em 2009 cerca de 40% do total nacional, o que indicia um nível de criminalidade per capita bastante superior à média nacional. Na capital ocorrem mais crimes que no restante território da ilha, sendo de 71% a proporção da Praia nos crimes praticados em Santiago em 2009. Assiste-se a uma tendência para o crescimento dos crimes contra o património em detrimento dos crimes contra as pessoas

Para além disso, a capital vive uma situação de mediatização permanente da criminalidade, fruto de alguns acontecimentos de grande interesse mediático, designadamente, crimes de homicídio e de tráfico de estupefacientes.

Por esta razão se compreende que, segundo o Afrobarómetro, a insegurança seja o terceiro maior problema do país na opinião dos praienses, superada apenas pela pobreza e pelo desemprego. Essa percepção, no entanto, não é acompanhada por níveis de vitimização compatíveis, indiciando que o sentimento de insegurança na capital é fortemente influenciado pela mediatização da criminalidade. Segundo o estudo sobre armas ligeiras promovido pela COMNAC em 2009, mais de metade dos praienses consideravam que se sentiam inseguros onde viviam e mais de 40% afirma que a insegurança tinha aumentado em relação ao ano anterior. Ainda, o estudo de avaliação rápida da situação sobre a Organização do Espaço Urbano e sua relação com a Violência urbana em 10 centros urbanos de Cabo Verde promovido pela ONU-Habitat em 2011, afirma que na Cidade da Praia, em 2009 a CRP da Praia registou, no mínimo, 1577 crimes graves ou violentos CCP e 3954 crimes graves CCPT. Dizemos no mínimo porque deve ser recordado que há bairros da cidade da Praia (a Praia tem 58 bairros) que não se encontram na tabela devido ao facto de haver poucas ocorrências num ano nesses bairros. Isso não impede que não tenha havido crimes graves nesses bairros, podendo ter sido algum homicídio ou roubo.

Pelos registos verifica-se que os Bairros onde a violência é maior na Cidade da Praia são de Achadinha, ASA Kélem, Palmarejo, Tira Chapéu, Fazenda, Paiol/Castelão, Eugénio Lima, Várzea, todos com registos de mais ou menos um crime grave por dia.

A esse dado de um crime grave por dia deverá ser somado ainda os registos da Polícia Judiciária e ter em conta que os crimes graves CCP que aconteceram na Cidade da Praia só representam 44,48% de todos os crimes, o que quer dizer que ainda foram cometidos nesses bairros no ano de 2009 mais 55,52% de outros crimes.

Nos crimes graves CCPT esse valor é de 71,48% de todos os crimes na Praia. As adições do ponto 8 devem ser retomadas aqui e ao fazer isso pode-se notar de facto a implicância que os crimes CCPT terão no dia-a-dia das

pessoas da Praia.

Outra nota de registo é que as agressões físicas, que algumas vezes têm como resultado o homicídio, são o tipo de crime grave CCP que mais acontece na Praia.

No tocante aos crimes CCPT graves destaca-se a existência de um novo tipo de crime que é o Uso Indevido de Veículo que se verifica com muita frequência e em ritmo ascendente na Cidade da Praia devido ao seu aglomerado populacional (131.719 habitantes) e ao seu grande parque motorizado, com vários registos diários nos diversos Bairros, com algum destaque para os de Fazenda, Palmarejo, Terra Branca, Plato, ASA Kélem, Achadinha. Ainda, segundo referido estudo, na cidade da Praia, o maior centro urbano do país, as estatísticas criminais mostram ser o local onde a concentração de crimes denunciados à Polícia é maior quando comparado com outros centros urbanos do país.

Quando se analisa a preocupação dos residentes nesta cidade com a violência, constata-se que 77% dos inquiridos afirmaram estar sempre preocupados, o que corresponde a 32,7% do total dos inquiridos a nível de todos os centros urbanos. A título comparativo, verifica-se que a percentagem dos inquiridos da Praia que afirmam estar sempre preocupados com a violência é quatro pontos percentuais superior à média nacional estimada em 73,3%. Se aos inquiridos da Cidade da Praia que sempre estão preocupados com violência se adicionar os que muitas vezes estão preocupados (9,8%), tem-se um total percentual correspondente a cerca de 87%, a quase totalidade dos inquiridos. Estes dados mostram que a problemática da violência urbana constitui um problema social sério. De notar que apenas 4,6% dos inquiridos afirmaram nunca ou raramente terem preocupação com a violência.

Uma outra dimensão ou variável importante para se aferir a percepção social sobre a violência tem a ver com a visão sobre o bairro de residência. Como se pode constatar pela leitura do quadro abaixo, 27,39%, um pouco mais de um quarto dos inquiridos, consideram o bairro onde residem como sendo muito violento e 31,8% como moderadamente violento, perfazendo um total de 59,19%. Já os que consideram o bairro como pacífico ou muito pacífico representam 19% do total dos inquiridos, sendo 3,9% muito pacífico e 15,3% pacífico.

O reconhecimento da situação da violência existente nos bairros da cidade da Praia é corroborado pelo posicionamento maioritário dos residentes inquiridos. Com efeito, para cerca de 72%, por conseguinte, mais de dois terços, a violência aumentou muito ou um pouco.

Na cidade da Praia, cerca de 56,9% dos inquiridos consideram que a violência vivenciada no quotidiano do bairro de residência é protagonizada por pessoas oriundas tanto do exterior como do próprio bairro. Acresce, no entanto, que 21,8% afirmam tratar-se de pessoa de fora do bairro e 20,2% de pessoas do próprio bairro.

Verifica-se, pois, que se trata de uma posição mitigada podendo-se afirmar que para os residentes da cidade os responsáveis da violência resultam, provavelmente, do confronto de grupos rivais de bairros diferentes. É certo, contudo, que não se imputa a responsabilidade apenas a indivíduos provenientes de fora. A mudança de padrões de sociabilidade no espaço urbano, a erosão do poder paternal e das formas comunitárias de solidariedade e de controlo social podem explicar o facto de existir essa percepção e consciência da forte concorrência dos residentes nos bairros para os actos de violência.

Mais do que a identificação a nível macro e de carácter generalista dos responsáveis pela violência impõe-se analisar, na perspectiva dos residentes, que grupos sociais em concreto estão quotidianamente envolvidos com actos de violência.

Na cidade da Praia, um pouco menos de dois terços dos inquiridos (65,1%) consideram que são grupos de jovens (thugs/gangue/tribos urbanas) os autores maioritários da violência. É igualmente importante a percentagem de inquiridos que consideram que os usuários de drogas (27,1%) são também responsáveis pela violência.

Interessa aqui aprofundar um pouco mais a análise dos grupos juvenis. Para 79,1% dos inquiridos existem na cidade da Praia, e mais especificamente nos bairros de residência dos inquiridos, grupos de jovens/thugs envolvidos com a violência urbana. Mais ainda, para 71% existem no seu bairro até quatro grupos de jovens rivais e protagonistas de acções de violência. Aliás, a grande maioria dos inquiridos, cerca de 82%, afirma que esses grupos provocam actos de violência, sendo que 55% dos inquiridos presenciaram esses atos, segundo os dados do Estudo RSA, MAHOT- ONUHABITAT, 2011.

A capital está cercada por bairros degradados que potenciam a ocorrência de fenómenos como a insegurança pelo facto de não possuírem serviços básicos como energia eléctrica. Aliás, o problema da escassez e fragilidade da iluminação pública tem sido associado ao aumento da criminalidade por facilitar o fenómeno designado por cassubodi, normalmente praticado com armas brancas ou com pistolas de fabrico artesanal designadas de boca bedju.

Pelo desgaste e pelo sentimento generalizado de insegurança que provocam, as autoridades policiais dotaram os centros urbanos do país de duas brigadas importantes e de grande visibilidade, a Brigada de Investigação Criminal (BIC) e a Brigada Anti-Crime (BAC), cuja visibilidade e impacto têm contribuído para estancar o crescimento do sentimento de insegurança. Ainda, as autoridades policiais têm investido no controlo das fronteiras, em especial na capital designadamente através da aquisição de scanners para o porto da Praia visando o controlo da entrada de armas e de produtos ilegais.

Para além disso, têm sido adquiridos equipamentos para controlo das fronteiras marítima e aérea, equipamentos de escuta e GPS para viaturas (embora estes últimos estejam disponíveis apenas para as unidades sediadas na capital) que têm permitido alguns casos de sucesso no combate à criminalidade organizada. O aeroporto da Praia tem sido o principal ponto de detenção da entrada ilegal de estupefacientes no país, estupefacientes esses que acabam por estar na génese dos problemas associados à pequena criminalidade contra o património e contra as pessoas.

Para além disso, a Polícia Nacional tem aberto esquadras em locais estratégicos e na proximidade de bairros problemáticos, assinalando uma preocupação preventiva no combate à criminalidade. Assim, é possível encontrar esquadras em bairros da classe média ou alta no Plateau, na Achada de Santo António, Fazenda ou no Palmarejo, mas igualmente em bairro Eugénio Lima ou na Achada de São Filipe. Nas zonas rurais o policiamento é realizado pela esquadra mais próxima e segundo um planeamento previamente estabelecido, embora exista uma esquadra (Eugénio Lima) especializada em patrulhamento da cidade.

A Polícia Nacional tem vindo a aumentar os seus efectivos, sendo das poucas instituições do Estado a quem tem sido permitido aumentar o número de efectivos. Na cidade da Praia, o número de efectivos é de 857, de um total de 1456 a nível nacional (59% do total). No entanto, aproximadamente 1 efectivo para 154 habitantes. Este aumento tem-se verificado no quadro da implementação de um policiamento de proximidade e para fazer face ao aumento da criminalidade urbana que no país aumentou em termos per capita de cerca de 32 por cada mil habitantes em 2000 para 42 em 2010 (Na Praia esse valor aproxima-se dos 70, valor bastante superior à média nacional). Na Praia, em particular, o número de homicídios diminuiu de 19 em 2009 para 16 em 2010. No entanto, houve uma redução do número de roubos e furtos. Praia é a sede de todos os corpos da polícia nacional, designadamente de ordem pública,

guarda-fiscal, polícia marítima e de fronteiras. É um dos 6 comandos regionais existentes, sediando igualmente a direcção nacional.

O esforço realizado a nível nacional para reestruturação das forças policiais, regulado pelo Decreto-Lei nº 39/2007 de 12 de Novembro e que pretendeu promover a racionalização dos recursos e maior articulação entre as diferentes forças, foi acompanhado igualmente a nível municipal da criação de uma polícia com incumbências preventivas e com missão de polícia administrativa zelando pelo cumprimento de posturas, regulamentos, deliberações ou decisões dos órgãos do município com vista, designadamente, à defesa e protecção da saúde pública e do meio ambiente, à segurança na circulação de viaturas e peões nas vias públicas, ao respeito das normas urbanísticas, à garantia do abastecimento público e à defesa do consumidor.

As funções municipais de polícia são exercidas em articulação com os serviços da Administração Central com intervenção em áreas afins, em especial os serviços da polícia de ordem pública, cujas forças a GM recorrerá, quando necessário, para assegurar o cumprimento das suas decisões. No entanto, face a contenciosos existentes esta articulação fica bastante aquém do potencial existente. Os recursos da polícia são provenientes essencialmente do orçamento geral do estado, no entanto, existem projectos específicos apoiados por organismos internacionais, caso por exemplo do projecto de combate à proliferação de armas ligeiras, sediado na Praia. O orçamento da polícia tem aumentado em termos absolutos (de 1,4 milhões de contos em 2007 para 1,8 milhões em 2011, embora em termos relativos tenha passado de 3,4% para 2,8% do orçamento). Esforço

importante concentra-se, neste momento, especialmente na Praia, no combate ao crime através da responsabilização social de pais e encarregados de educação, pelo que a polícia tenta mobilizar recursos para esse efeito.

Ao nível da protecção civil, Praia continua a debater-se com problemas importantes relacionados com o efeito das chuvas que sistematicamente provocam danos ao património e colocam em risco populações que vivem junto às encostas sem protecção. A evolução da construção clandestina coloca desafios de segurança importantes que as autoridades públicas têm tentado ultrapassar através de uma fiscalização mais efectiva. No entanto, a situação tende a agravar-se.

Da mesma forma, o trânsito apresenta uma tendência acelerada de crescimento, estando a cidade a enfrentar recentemente constrangimentos importantes em determinados nós e nos momentos de maior fluxo de tráfego de viaturas.

A reduzida diversidade dos acessos associado à estreiteza das vias provocam, em determinados momentos, situações de engarrafamento que não sendo comparáveis com outras metrópoles são inéditas no país. No entanto, o problema mais grave prende-se com o aumento dos acidentes de viação com óbitos associados ao aumento do fluxo e que apresentam uma tendência para se agravarem. Os centros populacionais são responsáveis por 88% dos acidentes de viação no país. A Praia representa cerca de 60% do total dos acidentes e cerca de 30% de mortos e feridos em acidentes, um rácio de 13 por cada mil habitantes em 2009, um dos mais elevados a nível mundial.

CRIMINALIDADE NA PRAIA			
TIPO	2009	2010	VAL %
ROUBOS	1413	1243	-12
FURTOS	2204	1848	-16
HOMICÍDIOS	19	16	-16

A cidade da Praia tem vindo, de forma particular, a partir dos anos setenta do século passado, a conhecer um forte ritmo de crescimento espacial que se tem traduzido por uma multiplicação de novos bairros, sendo que a grande maioria sem qualquer tipo de planeamento urbanístico prévio e, por conseguinte, sem que as infra-estruturas urbanas precedam a ocupação humana desses espaços.

Os poucos bairros que conheceram algum tipo de planificação urbanística, nomeadamente Terra Branca, Palmarejo, Meio de Achada de Santo António, parte da

nos bairros das classes médias e altas são imputadas a pessoas de fora, isto é, às pessoas provenientes dos bairros das classes populares.

APRENSÕES NO AEROPORTO INTERNACIONAL DA PRAIA, 2010(PN)			
DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE		
	1º Semestre	2º Semestre	Total
armas de fogo	36	11	47
armas branca	48	6	54
armas gas	1		1
armas gas	85	62	147
munições (Caçadeira)	75		75
Explosivos(Foguetes)	7		7
Documentos de viagem	22	4	26
Drogas(Cocaina)	282 gr		282 gr
Drogas(Cannabis)	5,3 Kg		5,3 Kg
Divisas(ouro)	4,215 Kg	2,805 Kg	5,02 KG
Divisas	81.710 Euros	57.174 Dólares USA	(a)

Achada de S. Filipe e Achada Grande Trás viram a sua valorização urbanística acompanhada por ocupação não planeada de zonas contíguas. De igual modo, e como aponta o Perfil Urbano da Praia, mesmo esses bairros viram os seus planos urbanísticos desvirtuados pelos decisores municipais no processo de sua implementação.

No que diz respeito às infra-estruturas urbanas, a grande maioria dos bairros apresenta grandes problemas de acessibilidade e de mobilidade, com visibilidade comprometido devido á quantidade de ruelas, becos e bloqueios com implicações tanto no sentimento de insegurança quanto na facilitação de acções violentas, dificultando, por seu lado, uma intervenção rápida das instituições de segurança.

O desenvolvimento da cidade acabou por, especialmente estratificar os residentes em função do seu estatuto socioeconómico, estando as populações mais pobres e vulneráveis, em regra, nos bairros de deficiente infra-estruturação, os denominados bairros espontâneos/degradados, ainda que muitos deles sejam contíguos a alguns bairros das classes médias.

As situações de violência e de criminalidade ocorridas

SERVIÇOS URBANOS DE BASE

CONTEXTO DO SECTOR

A Cidade da Praia cresce a um ritmo acelerado de 3% ao ano, exercendo uma forte pressão sobre todos os serviços urbanos básicos e utilidades públicas, que, por sua vez, têm que ser disponibilizados a tempo a fim de se poder manter e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Nesse ritmo, a Praia atingirá cerca de 195.000 habitantes daqui a apenas 12 anos.

Os desafios de desenvolvimento urbano da Praia constam do Plano Director Municipal já aprovado, que inclui duas grandes áreas temáticas em matéria de infra-estruturas da Cidade, quais sejam:

Infra-estruturas públicas: (1) rede viária, sistemas de mobilidade e transportes; e (2) Infra-estruturas portuárias e aeroportuárias;

Infra-estruturas Técnicas: (1) Rede de abastecimento de água; (2) Rede de tratamento de águas residuais; (3) Rede de drenagem de águas pluviais; (4) Resíduos sólidos urbanos (RSU); (5) Estudos e projectos de água e saneamento; (6) Marcos geodésicos e cartografia existente; (7) Energia e iluminação pública; e (8) Rede de telecomunicações e centros radioeléctricos (ANAC).

De uma forma geral, é uma cidade que cresce, tanto do ponto de vista demográfico quanto espacial muito rapidamente, mas que se desenvolve a um ritmo menor. O seu crescimento é determinado principalmente pelos ritmos acelerados da imigração. O sistema de Planificação e de Gestão Urbanística tem o desafio de se preparar para poder gerir esse processo de forma eficaz, garantindo, assim, as condições mínimas de habitabilidade aos residentes. As estruturas e serviços da cidade não são suficientes para responder às necessidades da população. Se o ritmo de crescimento da população da cidade fosse mais equilibrado tendo em conta, os recursos disponíveis e mobilizáveis e a capacidade organizacional de atender as necessidades impostas por esse crescimento, seria possível criar condições para garantir uma melhor qualidade de vida aos seus residentes. A cidade deve ser encarada como um sistema aberto em que as entradas (inputs) determinam os processos de funcionamento interno e as características das saídas (outputs). Encarando a população imigrante como um dos inputs mais importantes, a cidade terá que ter a capacidade para gerir esse factor de forma a garantir o equilíbrio do funcionamento do sistema urbano, que se reflectirá nas características dos outputs.

O desafio de adopção de instrumentos de gestão pre-visual está a ser acautelado pelas autoridades municipais, com a adopção do Plano Director Municipal, Plano de Desenvolvimento Urbano e outros instrumentos indispensáveis para imprimir mais dinâmica e uma gestão eficaz e eficiente do processo de desenvolvimento da Praia. Isto porque, devido ao facto de ser a capital do país, a Cidade da Praia se transforma no principal centro para onde convergem pessoas, serviços e bens. Isso faz com que a sociedade praiense seja muito heterogénea a todos os níveis, facto que tem vantagens na medida em que possibilita uma maior dinâmica social, económica e cultural.

Na cidade da Praia, convivem simultaneamente comportamentos, atitudes e práticas rurais com as necessidades próprias de uma vida mais urbana, resultante de um processo de transferência contínua das populações do meio rural para a cidade à procura de melhores condições de vida. Em muitos contextos, a forma como as populações, particularmente os novos residentes, se apropriam do espaço urbano provoca transformações no espaço e na sociedade de acolhimento, introduzindo aspectos de ruralidade ao tecido urbano. Este tipo de apropriação do espaço tende a provocar alguns desequilíbrios, tais como a quase ausência de espaços verdes e de lazer, e um crescimento urbano rápido e desarticulado, com nítida predominância do crescimento informal/espontâneo. Em 19 dos 31 bairros residenciais da Cidade, o crescimento informal é predominante e em 9 dos bairros considerados de crescimento formal, pode-se encontrar também manchas de habitat espontâneo. Constata-se ainda uma inadaptação das infra-estruturas e dos serviços urbanos, falta de acabamento das fachadas dos edifícios tanto nos bairros informais como nos formais, rede viária inadequada e ineficiente face às características da circulação.

QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR

Para além dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República, das Convenções e protocolos internacionais dos quais Cabo Verde é signatário, há um conjunto de diplomas legais que norteiam os serviços urbanos básicos, também aplicáveis à Cidade da Praia, nomeadamente:

A Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, que aprova o Estatuto dos Municípios, estabelece que estes são responsáveis, nos termos da lei, pelo saneamento básico e pela salubridade. Isso inclui o estabelecimento e gestão do sistema municipal de abastecimento de água, esgoto, descargas, evacuação e reutilização de águas usadas ou residuais, também na recolha, tratamento, aproveitamento ou destruição de lixos e de limpeza pública e de tratamento e controlo de qualidade da água.

Decreto-Legislativo N.º 2/2007, de 19 de Julho, que estabelece os princípios e normas de utilização de solos, tanto pelas entidades públicas (Estado e Autarquias

Locais) como pelas entidades privadas. As condições de utilização de solos são fixadas nos Planos de Ordenamento do Território e Planos Urbanísticos, de harmonia com a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico e seus regulamentos;

No domínio dos transportes, o Estatuto atribui ao Município o que diz respeito a: exercícios de autoridade rodoviária nas estradas Municipais; planeamento e implementação do sistema de transporte de passageiros; ordenamento e sinalização do trânsito e estacionamento de veículos automóveis nos aglomerados urbanos e a concessão da exploração do serviço de transportes colectivos urbanos;

O Estatuto também concede atribuições ao Município em matéria de Promoção Social, particularmente a promoção de acções, campanhas e programas de protecção e apoio a grupos vulneráveis; protecção dos direitos da criança contribuindo para a criação das condições necessárias ao exercício efectivo dos seus direitos; atendimento aos jovens; integração dos idosos na comunidade defendendo a sua dignidade e o seu bem-estar; inserção dos portadores de necessidades especiais na vida social e económica.

DESEMPENHO E RESPONSABILIDADES

No domínio das Infra-estruturas Públicas: (1) rede viária, sistemas de mobilidade e transportes; e (2) Infra-estruturas portuárias e aeroportuárias (in PDM da Praia):

Rede Viária, Sistemas de Mobilidade e Transportes:

A cidade da Praia tem crescido rapidamente assim como o tráfego de viaturas e da rede viária no Município e na Ilha de Santiago. Devido à inexistência de um planeamento adequado para acompanhar o crescimento da cidade e o crescimento do tráfego urbano é, por conseguinte, notório o engarrafamento nos principais nós da cidade, cujos principais pontos críticos são: (i) nó da Terra Branca; (ii) nó do Sucupira; (iii) nó da Fazenda; (iv) nó da Vila Nova; e (v) nó Chã de Areia/Rampa da Achada de Santo António. As vias existentes, incluindo as artérias principais (excepto as recém-constituídas), estão estruturalmente inadequadas e desprovidas de sistema de drenagem, apesar da drenagem natural proveniente do material usado - calçada de pedra basáltica em forma de paralelo, naturalmente permeável. As vias tradicionais com o pavimento clássico acima referido,

sobre fundação não adequadamente construída, sem manutenção e sem elementos de drenagem, constituem um grande constrangimento na fluidez normal do tráfego, com consequências gravosas no custo operacional dos veículos (COV).

TRANSPORTES URBANOS

Na cidade da Praia, e no país em geral, a forma predominante de mobilidade das pessoas tem sido, ainda, a deslocação a pé, registando-se, contudo, uma progressiva penetração de transportes individuais, táxis e transportes colectivos de passageiros. Para a mobilidade inter-ilhas, e tendo em conta a centralidade da Praia no contexto nacional os transportes aéreos e marítimos têm cada vez mais um peso e uma importância significativos. As questões levantadas pela sustentabilidade urbana, entendida nas três vertentes – Ambiental (redução da poluição, energias alternativas), Social (redução da pobreza, equidade, inclusão, coesão e justiça social) e Económica (qualidade de vida e soluções económicas suportadas pelas famílias), fazem da mobilidade urbana um dos principais indicadores para aferir o grau de desenvolvimento dos territórios (PDM da Praia);

Os transportes colectivos de passageiros (autocarros) têm-se mostrado bastante insuficiente face à demanda existente, comprometendo assim a mobilidade intra-urbana. É, porém, notória a existência de crises cíclicas ligadas às incompatibilidades entre os custos, tarifas, receitas, aumento sistemático dos preços dos combustíveis e o aumento da concorrência desleal dos transportes informais/extralegais dos “miniautocarros Hiaces”. De facto, assiste-se cada vez mais a um declínio na eficácia, confiabilidade e credibilidade do sistema de transporte colectivo na cidade.

Duas empresas privadas – Moura Company (de maior dimensão), com 56 autocarros e Sol Atlântico com 10 autocarros, garantem o sistema de transporte colectivo urbano na cidade. Estes operam em 11 linhas, numa extensão de 86,64 km percorrendo os principais bairros, com cerca de 123 paragens ao longo de todas as linhas. Estima-se que no ano de 2010 tenham sido transportados cerca de 10 milhões de passageiros pelas duas companhias, o que representa, segundo os serviços de viação, cerca de 800 mil passageiros transportados por mês, que dá uma média de cerca de 30 mil passageiros/dia.

Actualmente projecta-se a implementação de um sistema de transportes marítimos moderno e preparado para dar resposta eficiente às necessidades de circulação de pessoas e bens entre a capital e as diferentes ilhas. A intenção é unificar o mercado nacional e apoiar o crescimento do turismo, através de investimento em infra-estruturas portuárias, na modernização e extensão das existentes e medidas de incentivo ao sector privado para aquisição de navios modernos.

O Porto da Praia é um porto internacional, localizado no extremo sul da orla marítima da ilha de Santiago. Este porto foi construído nos anos sessenta essencialmente para operações de movimentação de carga convencional fraccionada, numa altura em que a movimentação de carga na Praia não ultrapassava 75 000 t/ano. O Porto da Praia encontra-se certificado pelo ISPS-Code, código internacional aplicado à protecção marítima e portuária. Está equipado com um sistema de videovigilância abrangente, um scanner portuário com capacidade para verificar vinte contentores/hora, espaço físico vedado e aparelhos de comunicação.

No Porto da Praia estão em curso obras no valor de 114 milhões de Euros (Fase I e Fase II do projecto de expansão e modernização do porto da Praia) que permitirão aumentar e adequar a zona de movimentação e armazenagem de mercadorias. A fase I já foi concluída em 2010 e prevê-se que a fase II esteja concluída durante o primeiro semestre de 2013.

O Aeroporto da Praia foi o primeiro aeroporto a ser construído e certificado depois da Independência. Com uma pista de 2100 metros, o aeroporto da Praia que detém a Classe 4D, assegura não só, a conexão inter-ilhas, como também, recebe voos internacionais procedentes da Europa (Amesterdão, Lisboa, Munique) da América do Sul (Fortaleza), da América do Norte (Boston) e da África (Dakar, Banjul) e Gran Canaria.

No que diz respeito às Infra-estruturas Técnicas, há que realçar o seguinte:

Rede de abastecimento de água: na Cidade da Praia a ELECTRA, a Empresa Municipal ADA e os privados (proprietários de camiões cisternas) são responsáveis pelo abastecimento da água potável às populações. O acesso à água potável é feito essencialmente através de li-

gações domiciliárias, chafarizes e auto-tanques. Estima-se que a água consumida com origem na rede pública cobre cerca de 56,4% dos agregados familiares. Os chafarizes e camiões-cisterna cobrem os restantes 43.6% do consumo. Entre 2000 a 2008 a taxa de crescimento médio anual do abastecimento pela rede pública situou-se à volta de 15%, sendo que as outras formas de obtenção da água conheceram uma tendência inversa. A rede de abastecimento de água potável na cidade da Praia é estimada em cerca de 140 km de condutas, qualificadas em conduta primária, secundária, terciária e ligação aos domicílios. Os principais problemas existentes na rede de abastecimento da água potável aos bairros são: (i) degradação da rede nos bairros; (ii) sub-dimensionamento da rede; (iii) ausência da rede; e (iv) perdas de água na rede (em alguns casos, estimadas em cerca de 50%. A produção da água potável na cidade da Praia é assegurada em 85% pela central de produção da água dessalinizada localizada em Palmarejo Grande. Paralelamente à dessalinização, a ELECTRA explora galerias, furos e poços nos municípios da Praia e Ribeira Grande de Santiago para a alimentação do sistema de distribuição da água potável na cidade da Praia. A Agência de Distribuição de Água (ADA) é uma empresa pública municipal sob a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada criada em 1999 para a gestão dos serviços de distribuição e venda de água em auto-tanque, para o abastecimento das populações que não dispõe de água canalizada. Actualmente, a ADA tem como património 73 chafarizes e dois autotanques que forneceram durante o ano 2010 um volume de 103.000 m³ de água potável às populações que não são contempladas pela rede pública de abastecimento da água potável da ELECTRA.

Rede de tratamento de águas residuais: a gestão das águas residuais (rede ETAR) na cidade da Praia é feita em simultâneo com o abastecimento de água, pela empresa concessionária ELECTRA SARL. A evacuação das águas residuais em Cabo Verde faz-se predominantemente em redor da casa (43%), na natureza com cerca de 21%, reservando a rede de esgotos e a fossa séptica 19% e 13% respectivamente. A evolução desta situação ao longo dos tempos tem mostrado sinais claros de melhoria.

A rede de águas residuais na cidade da Praia é estimada em cerca de 45 km de condutas, qualificada em conduta primária, caixas de visita e ligação aos domicílios. Os principais problemas existentes na rede de águas residuais a nível dos bairros são: (i) degradação da rede; (ii) sub-dimensionamento da rede; (iii) ausência da rede; e (iv) fuga dos afluentes através da rede e caixas de visita nos bairros. O custo (30 000\$00) figura como um dos principais factores que limitam a ligação dos domicílios à rede de esgoto na cidade da Praia. O fraco rendimento das populações da cidade, sobretudo nos bairros espontâneos, faz com que cerca de 80% das casas não estejam ligadas à rede de colecta das águas residuais. A estação de tratamento de águas residuais da Praia, situado no

Palmarejo, foi em 2007 reabilitada, ampliada e modernizada, passando a ter uma capacidade hidráulica máxima de 14.000 m³/d. Dispõe de tratamento de nível três (tratamento terciário), que consiste na desinfecção e afinação do teor da matéria orgânica de modo a garantir os objectivos de reutilização, particularmente, para a rega.

No município da Praia a situação de existência de retretes nas casas de banho é ligeiramente melhor do que a nível nacional. Cerca de 62% das casas de banho na cidade são providas de retretes.

Rede de drenagem de águas pluviais: a drenagem das águas pluviais no domínio ambiental apresenta-se como um dos principais problemas e desafios na cidade da Praia. As inundações em áreas urbanas representam um sério problema para grande parte do município, principalmente quando atingem áreas densamente ocupadas. As inundações têm sido um problema frequente nos períodos de chuvas nas áreas de expansão urbana, agravadas pelo fenómeno da impermeabilização dos solos, ocupação das encostas e ribeiras de forma espontânea e não controlada, e por uma intensa erosão dos solos.

Grande parte dos bairros na cidade da Praia é formada por áreas vulneráveis às inundações e, anualmente, durante a época das chuvas a população coabita com o drama provocado pelas cheias, destruindo em muitos casos, residências e outras infra-estruturas. As encostas apresentam uma grande probabilidade de risco geológico por causa de escavações descontroladas e não adequadas à inclinação da encosta. A redução da capacidade de drenagem natural dos bairros, seja por causa da diminuição da largura “natural” das ribeiras, seja por escavações e enchimento, criam barreiras que alteram os percursos hídricos originais. Na cidade da Praia existe uma grande carência de redes artificiais alternativas de drenagem das águas pluviais.

Resíduos sólidos urbanos (RSU): no Município da Praia a gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é assegurada pelo Pelouro de Ambiente e Saneamento através da direcção de Ambiente e Saneamento. A divisão de RSU é responsável pela limpeza urbana e recolha dos RSU diariamente. O sector de Limpeza Urbana sofreu nos últimos tempos algumas inovações, traduzidas essencialmente, na colocação de papeleiras nas ruas, na criação de uma equipa especial e devidamente equipada, para a limpeza ao longo do dia.

Marcos geodésicos e cartografia existente: em 1994 formulou-se a nova rede designada de “referencial geodésico global de Cabo Verde”, visando, por um lado, resolver os problemas da rede geodésica local anterior, e por outro, ligar ao sistema geodésico mundial, o que permite estabelecer a precisão adequada para apoio à cartografia de escalas maiores usadas em obras de engenharia. A nova rede geodésica é constituída por 31 vértices distribuídos por 9 Ilhas (dos quais 2 no território do actual Município da Praia), à excepção de Santa Luzia e Ilhéus Raso e Branco.

Energia e iluminação pública: a Taxa de Cobertura de Electricidade tem aumentado, tanto a nível nacional como no Município da Praia. O ritmo de crescimento da taxa de cobertura a nível nacional situa-se à volta de 8%. Na Praia situa-se nos 5%. No entanto, a taxa de cobertura neste município é maior que a média nacional (93% contra 88%). Em relação ao tipo de energia utilizado na preparação dos alimentos, em 2008, o gás detinha um peso de 89% enquanto a lenha era utilizada por 7% das famílias. O perfil de utilização de energia para a cozedura dos alimentos no município da Praia é semelhante ao do nível nacional. Em relação ao tipo de energia para a iluminação, a electricidade é o meio mais utilizado, atingindo em 2008, a nível nacional, um peso de utilização de cerca de 68%. Este tipo de Energia para a iluminação tem tido um ritmo de crescimento de cerca de 5% ao ano. No Município da Praia, cerca de 82% das famílias utilizam a electricidade para iluminação nas suas residências. Num segundo plano figura a utilização das velas que abrange 15% das famílias. O petróleo tende a perder importância sendo hoje utilizado por uma fracção marginal das populações do município. Todavia, continuava existindo inúmeras zonas de “sombra” com deficiente cobertura de iluminação instalada.

Globalmente, a empresa concessionária de energia conta com um total de 7 grupos de geradores (30,5 MW de potência), distribuídos por duas centrais permanentes: (i) 2 grupos geradores na Central de Palmarejo, que produzem um total de 22,5 MW; e (ii) 3 grupos geradores na Central de Chã de Areia/Gamboia, que produzem um total de 8 MW.

Rede de telecomunicações e centros radioeléctricos (ANAC): A exploração da rede de telecomunicações no Município da Praia foi durante muito tempo da responsabilidade exclusiva da CV Telecom SA (empresa com participação pública de 41,3%). Recentemente, com a liberalização de alguns serviços (rede móvel e internet por exemplo), registou-se a entrada de algumas empresas privadas no sector. Da CV Telecom SA, a única informação obtida diz respeito ao Relatório e Contas de 2008 acedido no site da empresa. Em 2008 houve um aumento significativo de procura de comunicações móveis num total de 132.000 novos clientes, perfazendo, no final de 2008, um total de 252.000 clientes. O mercado das comunicações fixas foi ultrapassado pela concorrência das comunicações móveis, mas manteve os seus clientes suportado pelo crescimento da banda larga e da televisão por assinatura. O volume de negócios das telecomunicações em Cabo Verde ronda os 4,5 milhões de contos/ano com uma margem EBITDA (lucro antes de juros e impostos, depreciação e amortização) de 40%. A Agência Nacional da Comunicações (ANAC) é a autoridade responsável para regular o sector das comunicações em Cabo Verde, incluindo a apresentação e definição de áreas sujeitas a servidão de protecção de centros radioeléctricos, que ainda não estão legalmente estabelecidos.

AMBIENTE E RISCOS URBANOS

CHEIAS E INUNDAÇÕES

Há uma preocupação crescente na Cidade da Praia em relação à degradação ambiental provocada pelo crescimento urbano acelerado que facilita a contaminação e a destruição dos solos, a ocupação de zonas inadequadas para a construção das habitações e o subaproveitamento e utilização indevida dos recursos naturais. A poluição física e química dos mananciais e recursos hídricos aliada aos perigos e riscos criados pela própria população com a deposição indisciplinada de resíduos industriais e urbanos sólidos constituem outras preocupações latentes.

A cidade da Praia situa-se na foz das bacias hidrográficas de Trindade, Palmarejo Grande e Curral Velho. Por conseguinte, está sujeita a cheias periódicas causadas pelas chuvas que na maioria dos casos ocorrem nas partes a montante das bacias. Os registos históricos da ocorrência das cheias associam-se à queda de chuvas de carácter torrencial que geralmente ocorrem durante a pequena estação pluviosa de Julho a Outubro.

As inundações nas áreas urbanizadas da cidade têm consequências nefastas sobre as infra-estruturas e equipamentos, provocando a sua degradação com prejuízos consideráveis e muitas vezes irreparáveis. Casos de perdas de vidas humanas também foram já registados em consequência.

Nos últimos cinco anos as inundações têm sido um problema frequente na cidade durante a época das chuvas, agravando-se com o fenómeno da expansão dos bairros anárquicos, da impermeabilização do solo e da ocupação das encostas e leito menor das ribeiras.

As principais zonas sujeitas às cheias e inundações nas zonas dos fundos dos vales na cidade da Praia têm a sua génese na ocupação desses leitos ribeirinhos por habitações espontâneas, inexistência de canais artificiais de drenagem, no assoreamento dos canais naturais de drenagem das águas pluviais.

Nas encostas o fenómeno das inundações tem a sua génese no facto de interferirem com as zonas de drenagem dos planaltos, pelo facto de as construções obstruírem as linhas de água e pela inexistência de canais de drenagem artificiais.

Mesmo nos próprios planaltos que, em princípio, poderiam estar livres desse problema têm-se registado inundações devido à inexistência de canais de drenagem artificial (terciários e secundários) e à destruição dos canais de drenagem antes existentes devido ao asfaltamento de vias sem os necessários cuidados.

A drenagem das águas pluviais é um dos principais problemas da cidade da Praia. As inundações em áreas urbanas representam um enorme desafio para boa parte dos municípios, principalmente quando atingem áreas densamente ocupadas.

Grande parte dos bairros na cidade da Praia é constituída por áreas vulneráveis às inundações que, anualmente constituem uma fonte de preocupação para as populações residentes nestas zonas e para as autoridades municipais e dos serviços de protecção civil.

O fenómeno das cheias e inundações tem o seu impacto numa área estimada em cerca de 30 km² no município da Praia.

ALUIMENTO DE TERRAS

No que se refere aos aluimentos de terras, embora existam zonas de risco naturais decorrentes das condições geológicas de determinados pontos críticos da cidade, o maior perigo potencial reside no facto de as encostas estarem hoje completamente cobertas com habitações muitas vezes construídas sem os mais elementares cuidados e precauções técnicas. Neste particular vale ressaltar que em caso de ocorrência de chuvas mais fortes ou mais prolongadas na cidade, as fundações destas construções poderiam revelar-se inapropriadas o que ameaçaria a estabilidade das construções na maioria das vezes de alvenaria e betão armado muito pesadas (muitas com dois ou mais pisos. De facto, as encostas apresentam uma grande probabilidade de risco geológico por causa de escavações descontroladas e não adequadas aos declives naturais aí existentes. Dessas escavações resultam enchimentos instáveis, porque situados sobre um plano inclinado constituindo em perigo eminente para as áreas situadas numa costa menos elevada. A redução da capacidade de drenagem natural do lugar, seja por causa da diminuição da largura “natural” das ribeiras seja pela realização de escavação e enchimento criam barreiras e modificações nos percursos hídricos originais. Estes factores estão na origem do fenómeno de alagamento e erosão descontrolada por ocasião da queda das chuvas. Nas zonas de encostas, maioritariamente ocupadas de forma desordenada sem que fosse levado em conta o alinhamento de ruas e as vias de acesso (tanto para veículos como para pedestres) constata-se a obstrução e desvios do caminho natural das águas pluviais, uma prática que ocorre com a construção de residências no leito menor



Encosta Eugénio Lima – Pensamento

das ribeiras desviando o escoamento das chuvas para longe da sua propriedade, sem se importar com as consequências sobre as residências situadas a jusante. A falta de infra-estruturas de drenagem nas encostas provoca a inundação nas habitações e a degradação do alicerce das casas. A circulação nos bairros é impraticável durante a ocorrência de uma cheia. Os materiais sedimentares recentes como, por exemplo, os aluviões, depósitos de enxurrada, depósitos de vertente, cascalhos e areias, tornam-se mais ou menos perigosos, consoante a inclinação das vertentes ou das encostas onde ocorrem, dada a sua escassa consistência. Nesta tipologia, os depósitos de vertente assumem a maior perigosidade, uma vez que se tratam de sedimentos acumulados em zonas de elevada inclinação; por conseguinte, nessas zonas deve ser dada especial atenção à construção de infra-estruturas. Um caso particular é o bairro da Bela Vista, junto ao Monte Babosa, onde a construção exagerada nas encostas deste monte provocou um desmoronamento com a destruição de algumas casas.

O fenómeno de aluimentos de terras em vertentes tem o seu impacto potencial sobre uma área de 35 km² no município da Praia.

SANEAMENTO

O tratamento das águas residuais é feito na ETAR do Palmarejo. No entanto, o deficiente funcionamento integral causado por falhas técnicas e falta crónica de energia tem comprometido os objectivos de reutilização das águas residuais. A água tratada pelo processo de cloração é despejada diariamente no mar, causando a contaminação da Praia de Quebra Canela que fica nas proximidades.

O caudal médio afluente à estação do Palmarejo até esta data ronda os 1500 m³/d, um valor muito aquém do desejável para fazer explorar a estação na sua plenitude. Por este motivo, a linha de lamas encontra-se fora de

funcionamento por falta de caudal. Por outro lado, o tratamento primário tem apresentado deficiências devido a erros de concepção do sistema de remoção de lamas, condicionando o desempenho da estação. O tratamento terciário também tem funcionado de forma deficiente, condicionada pela inexistência de um sistema de filtração a montante que pudesse evitar a frequente colmatação das lâmpadas ultravioletas instaladas. De realçar ainda, o facto do sistema de automatismos comportar falhas que têm condicionado sobretudo o funcionamento dos reactores SBR no tratamento biológico. Estes problemas têm limitado o funcionamento da estação e com isso a qualidade de água tratada, podendo inviabilizar o projecto da sua reutilização. A localização do ETAR aliada ao seu deficiente funcionamento fazem desta uma das fontes mais notáveis de poluição na cidade, pois para além da contaminação da praia de mar que lhe está próxima constitui-se igualmente em, foco de intensa poluição olfactiva da cidade, comprometendo de forma permanente uma das zonas mais afluentes da cidade.

A lixeira da cidade igualmente continua a queimar o seu lixo a céu aberto, embora tenha sido objecto de uma vedação nos últimos meses, não se permitindo mais, como



ETAR do Palmarejo



ETAR do Palmarejo

antes, a entrada de pessoas e animais nesse recinto.

A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA

A qualidade da paisagem urbana tem sido prejudicada pela extracção de inertes em pleno perímetro urbano, como acontece no Monte Vermelho, gerando um imagem de vertentes esventradas e crateras prejudicando a qualidade estética das colinas e montanhas. Paralelamente o vazamento de escombros nas proximidades das rodovias, nas linhas de água e nas vertentes geram uma imagem caótica de má gestão de espaços comunitários.

Outra vertente da preservação ambiental e qualificação paisagística se prende com um cinzentismo da cidade, que evidencia um dos seus grandes desafios e mais re-



Destruição do Monte Vermelho



Destruição do Monte Vermelho



Destruição do Monte Vermelho



Destruição do Monte Vermelho

correntes- a gestão urbanística.

QUADRO DO GÉNERO

CONTEXTO DO SECTOR

O Estado de Cabo Verde reconhece, em sede constitucional, “a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou situação económica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social e assegura o pleno exercício por todos os cidadãos das liberdades fundamentais.”¹ Trata-se de um princípio norteador da paz e coesão sociais e da convivência entre os cidadãos, que é observado, particularmente quando se trata de questões de igualdade e equidade de género, na Cidade da Praia e em todo o território nacional.

Como referido anteriormente, e com base nos dados do Censo de 2010, estima-se que a cidade da Praia tenha uma população residente de 131.719 habitantes, representando 26,9% da população nacional (491.875 habitantes), que convivem num espaço municipal de 258,1 km². A população residente no espaço urbano é de 127.826 habitantes (97%), o que faz da Praia uma das cidades com maior densidade populacional do mundo. À semelhança do país, regista-se na Cidade da Praia uma predominância da população do sexo feminino (50,9%).

Trata-se, pois, de uma Cidade cosmopolita, com características essencialmente urbanas, alvo, por isso mesmo, de intensos movimentos migratórios (tanto de outros Municípios como do estrangeiro) e sujeita a uma forte pressão demográfica. Em consequência, têm surgido, a um ritmo também intenso, muitas zonas de construções clandestinas. Prevê-se que nos próximos 12 anos a população da Praia atingirá cerca de 195.000 habitantes.

No que se refere à actividade económica, e retomando a análise feita, constata-se que a cidade da Praia conta com cerca de 11.498 indivíduos desempregados, com uma tendência de crescimento anual na ordem dos 23% (Fonte: INE). A população residente na cidade é maioritariamente constituída por jovens na faixa etária 15-44 anos (cerca de 90%).

No que diz respeito à educação, o nível de instrução dos desempregados é notável, sendo 48% com o nível de Ensino Secundário e 42% de Ensino Básico Integrado, existindo ainda desempregados com formação superior (4%). De notar ainda a existência de uma camada da população idosa desempregada, cerca de 1,1%. No Município da Praia, a população inactiva é de cerca de 28.268 habitantes, representando 28% do total.

Em relação à pobreza e desigualdade social, o Município da Praia tem cerca de 19.848 indivíduos que vivem com menos de 43.250\$00 ECV/ano, isto é, uma taxa de incidência da pobreza na ordem de 15%, sendo um

dos Municípios com menos pobres do País. A população pobre é muito jovem, pois cerca de 48% tem idade inferior a 15 anos e cerca de 6% tem idade superior a 65 anos. No entanto, no Município da Praia, o índice de Gini, que é um indicador do nível de desigualdade de rendimentos, situa-se na ordem de 52%, o que mostra ser um Município de grande concentração de riqueza, ou seja, desequilíbrio na distribuição de rendimentos.

Estudos realizados pela Câmara Municipal da Praia mostram que as mulheres dominam o comércio informal. Por exemplo, em 2008, a Praia contava 2.094 (85,39% mulheres e 14,61% homens) vendedores informais nos mercados da capital, sendo 816 com balcões fixos e 1.278 ambulantes.

Por outro lado, o QUIBB2 2006 indica que o emprego doméstico representa o terceiro maior empregador de mão-de-obra feminina a nível do Município da Praia, correspondendo a 10,6 % do total da ocupação feminina (Fonte: INE).

QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR

Para além do princípio constitucional de igualdade de todos os cidadãos perante a lei, das convenções e protocolos internacionais dos quais Cabo Verde é signatário, e das disposições relativas ao Direito de Família constantes do Código Civil, a legislação do país compreende ainda um conjunto de legislação específica, também aplicável à Cidade da Praia, nomeadamente:

- Decreto-Legislativo nº 12-C/97, de 30 de Junho, que aprova o Código da Família de Cabo Verde, constituindo o Livro IV do Código Civil – Direito da Família publicado integralmente a 30 de Setembro do mesmo ano.³
- Decreto-Regulamentar nº 5/2003, de 25 de Agosto, que aprova os Estatutos do Instituto da Condição Feminina (ICF), principal organismo público vocacionado para a promoção da igualdade e equidade do género, hoje designado Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG);
- Lei nº 84/VII/2011, que aprova a Lei contra a Violência Baseada no Género (VBG), que entrou em vigor em Março de 2011, define a VBG como um crime público, alvo de um procedimento criminal urgente, concedendo ao Ministério Público e à Polícia um prazo de 48 horas para efectuar as primeiras diligências, antes da acção dos Tribunais. Essa legislação é uma novidade absoluta na ordem jurídica interna cabo-verdiana, não só pelas soluções que apresenta, mas sobretudo pelo

¹ Fonte: Art. 1º, nº 2 da Constituição da República de Cabo Verde;

² QUIBB – Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar (INE);

³ Quebrar o silêncio, Ministério de Justiça de Cabo Verde

facto de ser a primeira lei a tratar especial e exclusivamente da matéria;

6.3. DESEMPENHO E RESPONSABILIDADES

Na intenção de imprimir maior eficácia e dinâmica à observância do princípio constitucional de igualdade e equidade de género, e com a finalidade de promover políticas para a igualdade de direitos entre o homem e a mulher, e a efectiva e visível participação da mulher em todas as esferas de actividades do país, numa perspectiva de discriminação positiva, o Governo instituiu, em 1994 e com sede na Cidade da Praia, o Instituto da Condição Feminina (ICF), transformado em Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) em 2006, após ajustamentos nos seus Estatutos.

Desde então, o Instituto tem sido muito activo na Cidade da Praia, trabalhando numa plataforma de parceria, complementaridade e colaboração com as ONG, nomeadamente a Associação Cabo-verdiana para a Protecção Familiar (VerdeFam), a OMCV, MORABI, Associação de Mulheres Juristas (AMJ) e Associações Comunitárias dos diferentes bairros da Capital, fomentando a promoção de estratégias inovadoras e flexíveis, assentes numa cultura de participação e parcerias. Com o apoio financeiro do Estado e de algumas organizações multilaterais e bilaterais, tais como o Sistema e Agências das Nações Unidas, USAID, Cooperação Francesa, Embaixada dos Países Baixos, e a Embaixada da República Popular da China em Cabo Verde, o ICIEG tem podido implementar projectos e programas que apoiam e dinamizam actividades de natureza social, económica, educativa e cultural, com maior acção nos bairros informais da Cidade, onde o índice de pobreza afecta muitas mulheres, de modo a permitir a melhoria da qualidade de vida, da igualdade de oportunidades e a equidade de género.

Outrossim, a Lei sobre VBG contempla a criação de casas de abrigo, de centros de apoio a vítimas e de fundos de apoio, aspectos essenciais para levar a bom porto o seu funcionamento eficaz. Quanto a isso, há já vários projectos, enquadrados também no Plano Nacional de Luta contra a VBG, do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género (ICIEG).

O Município da Praia, à semelhança dos demais Municípios do país, tem a sua própria unidade de apoio à

QUADRO DO VIH-SIDA

promoção de igualdade e equidade de género.

CONTEXTO DO SECTOR

O Governo de Cabo Verde atribui uma particular importância à resposta contra o VIH-SIDA. Assim, tanto o Programa do Governo como a Política Nacional de Saúde inscrevem o combate ao VIH-SIDA como um dos principais objectivos no âmbito da acção governativa. Aliás, as estratégias nacionais de resposta ao VIH-SIDA encontram-se especificamente definidas no II Plano Nacional de Luta contra a SIDA – 2006-2010 e as estratégias mais importantes recobram os seguintes domínios:

Prevenção da transmissão do VIH

Apoio médico e psicossocial das PVIVIH

Redução do impacto do VIH-SIDA

Reforço da participação multissectorial, incluindo ao nível comunitário

De acordo com informações do Ministério da Saúde, estas estratégias permitiram cobrir todos os domínios de intervenção, incluindo a prevenção, o tratamento, os cuidados e apoio, no quadro de uma abordagem multissectorial que reagrupa o sector público, o sector privado e a sociedade civil com respostas descentralizadas, respondendo ao desafio da situação arquipelágica do país.

Alguns resultados alcançados no âmbito da luta contra o VIH-SIDA mostram o seguinte:

Em 2007, cerca de 14.357 pessoas foram cobertas por actividades de prevenção;

Para assegurar a segurança da transfusão de sangue, 100% das unidades de sangue foram testadas;

10,1% de homens e mulheres no grupo etário 15-49 anos fizeram teste VIH para conhecimento de sua situação serológica ;

100% das escolas primárias e secundárias do país introduziram nas suas actividades didácticas e pedagógicas conteúdos de formação sobre as formas de prevenção do VIH.

NO DOMÍNIO DO TRATAMENTO

A cobertura de tratamento anti-retroviral passou de 24,2% das pessoas vivendo com o VIH com necessidade de tratamento para 28,3% em 2007

A cobertura Protecção Transmissão Vertical (PTME) passou de 31,3% em 2006 para 51,5% em 2007

7.2. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR

Para além do princípio constitucional de igualdade de todos os cidadãos perante a lei, das convenções e protocolos internacionais dos quais Cabo Verde é signatário, e das disposições relativas ao Direito de Família constantes do Código Civil, a legislação do país compreende ainda um conjunto de legislação específica, também aplicável à Cidade da Praia, nomeadamente:

Decreto-Legislativo nº 12-C/97, de 30 de Junho, que aprova o Código da Família de Cabo Verde, constituindo o Livro IV do Código Civil – Direito da Família publicado integralmente a 30 de Setembro do mesmo ano.⁴

Despacho nº 50/2001, de Sua Excelência o Primeiro-ministro, que cria o Comité de Coordenação do Combate à SIDA e às Doenças Sexualmente Transmissíveis (CCS-SIDA), no dia 4 de Julho de 2001. O CCS-SIDA é constituído por cerca de vinte elementos que provêm dos sectores público e privado;

Lei nº 19/VII/2007, de 26 e Novembro, que regula os aspectos ligados à Prevenção, Tratamento e Controlo do VIH;

⁴Quebrar o silêncio, Ministério de Justiça de Cabo Verde

DESEMPENHO E RESPONSABILIDADES

No domínio do VIH/SIDA, o Governo instituiu, em 2001, o Programa Nacional de Luta Contra SIDA, sediada na Cidade da Praia, e que adoptou, em 2010, o seu III Plano Estratégico Nacional de Luta contra a SIDA (PENLS) para o horizonte 2011-2015.

Existe um Comité Concelhio do Combate à SIDA na Cidade da Praia que, a nível local, promove várias acções e projectos de prevenção e resposta à SIDA, para além de várias ONG, também sediadas na capital, que realizam, de forma mais intensa e concentrada, as suas actividades nessa área.

Dados recolhidos pela Câmara Municipal da Praia indicam que a situação da gravidez na adolescência é mais elevada na faixa etária dos 15 - 17 anos no Município do que a nível nacional (12,62% contra 10,83% respectivamente).

Segundo o relatório do Ministério de saúde em 2007 a prevalência de VIH/SIDA em grávidas assistidas foi de 0,7%, verificando-se a mesma taxa de prevalência nas grávidas das 15 a 24 anos. Os novos casos do VIH/SIDA notificados em 2007 demonstram que no Concelho da Praia a percentagem relativa foi de 48%, valor bastante elevado tendo em conta que é o segundo Concelho com maior número de casos notificados no mesmo ano e o de Santa Catarina com 14,1%. Em números absolutos, os novos casos notificados foram de 65 para o sexo masculino e 88 para o feminino, o que demonstra maior vulnerabilidade da mulher em relação ao VIH/SIDA.

No perímetro urbano da Praia regista-se a maior taxa de prevalência do VIH do país (1,7%), mais do dobro da média nacional, sendo 2,6% nos homens e 0,8% nas mulheres. No resto da ilha de Santiago a taxa de prevalência é de 0,9%, sendo 1,4% para os homens e 0,5% para as mulheres (IDSR II, 2005). Com base nos dados estatísticos do Ministério da Saúde, o Concelho da Praia representa uma maior incidência de seropositividade pelo VIH, tendo em conta que há maior peso

Em termos de formas de transmissão do VIH, por categoria de risco e no ano 2008, a transmissão sexual representa 98,5% dos casos, a transmissão vertical 3,4% e o uso de drogas via endovenosa 3,4%. Dos casos de VIH positivos notificados em 2008, por motivo de teste a nível geral, os dados indicam 37,7% por suspeita clínica, 20% na consulta pré-natal, 1,4% nos candidatos à doação de sangue, e 10,3% por outros motivos.

Apesar do conhecimento satisfatório da infecção VIH na população geral da Praia, obtida através do 2º Inquérito de sero prevalência, bem como através dos Postos sentinela, desconhece-se, por completo, os níveis de infecção do VIH nos grupos considerados de alto risco, particularmente, entre as profissionais do sexo, bem como entre os homens homossexuais.

Efectivamente a infecção pelo VIH continua sendo um dos maiores desafios sanitários de Cabo Verde, sendo o Concelho da Praia o mais afectado e a Cidade da Praia a mais atingida. De 2004 a Dezembro de 2009, foram avaliados e seguidos com e sem tratamento, um total de 1.323 pessoas vivendo com VIH/SIDA a nível nacional, dos quais 518 no Concelho da Praia. Destes, 292 foram submetidos a um programa de acompanhamento e administração de anti-retrovirais, e 51 morreram. Actualmente, a Praia conta com 241 casos que estão sendo acompanhados, dos quais 17 são crianças.

VII. ANÁLISE SWOT

O Perfil Urbano da Cidade da Praia resulta de um longo trabalho de equipa, formado por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, cujos saberes e competências foram essenciais para a implementação da abordagem participativa pretendida para este estudo. Para a sua elaboração, considerou-se fundamental a participação dos actores locais que, com base nos seus conhecimentos formais e informais, deixaram subsídios que contribuíram para a concepção deste trabalho.

Desse processo de consulta resultaram importantes contribuições para a qualidade da análise feita bem como para a análise SWOT da cidade, elemento essencial para a elaboração de estratégias, projectos e acções, nomeadamente nos domínios de planeamento e gestão urbanísticos, de criação de condições infra-estruturais para um melhor crescimento e desenvolvimento da cidade da Praia, capital do país.

ANÁLISE SWOT PARA GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Quadro legal para assegurar a realização de eleições municipais definido e seu cumprimento assegurado - Instrumentos de cooperação e colaboração entre poderes centrais e locais definidos e seu cumprimento assegurado - Estrutura funcional da Câmara Municipal bem definida e as necessárias complementaridades entre os sectores de intervenção urbana estabelecidas - Boa colaboração entre a Câmara Municipal e as organizações da sociedade civil - Existência de múltiplas organizações associativas nos diferentes sectores de actividade social, cultural, desportivo e económico - Existência de programas específicos de reabilitação e requalificação urbana - Existência de infra-estruturas descentralizadas de formação formal e oportunidades de formação profissional e técnico existente - Existência de infra-estruturas de saúde descentralizadas - Existência de serviços de transportes urbanos regulados - Existência de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias - Existência de uma população essencialmente jovem, com relativa formação académico/profissional e disponível para participar no desenvolvimento do Município - Programa municipal de melhoria das habitações degradadas e de disponibilização descentralizada de equipamentos sociais em curso - Existência de uma vontade inequívoca do elenco Camarário na mobilização de recursos para a reabilitação urbana e ambiental através de parceiros - PDM do Município em fase de conclusão - Existência de um diagnóstico actualizado sobre as carências, insuficiências e riscos nos bairros espontâneos do Município - Identificadas as alternativas e soluções para os grandes problemas que afligem o Município e prioridades já consensualizadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de meios financeiros para fazer face aos múltiplos problemas que afligem a Praia - Recursos limitados para garantir um quadro de pessoal especializado junto à Câmara Municipal; - Insuficiência de infra-estruturas físicas adequadas e próprias para albergar os diferentes serviços municipais - Falta de espaços para a expansão urbana e instalação de equipamentos colectivos - Deficiente sistema de transporte colectivo intra-urbano - Deficiente serviço de vigilância e segurança urbana - Deficiente serviço de fiscalização e controlo das construções urbanas - Deficiente serviço de cobrança das receitas municipais- Fraca participação dos munícipes na implementação de medidas de gestão urbana - Migração crescente e aumento da demanda de serviços e recursos do município -Deficiente articulação entre os poderes centrais e locais na gestão do solo urbano - Inexistência de Planos Específicos de Requalificação urbana e Ambiental dos Bairros da Cidade - Deficiente estruturação da rede viária urbana - Deficiente oferta de serviços de energia e água no município - Falta de oportunidades de emprego e renda no município - Deficiente funcionamento das estruturas de saúde - Crescimento de fenómenos como uso de drogas, alcoolismo e da violência juvenil 	<ul style="list-style-type: none"> - Um processo de descentralização em curso e melhor definição do quadro de intervenção central e local; - Maior pré-disposição das populações em cooperar nas actividades de melhoria das condições de vida urbana - População jovem com melhores qualificações académicas e profissionais - Existência de um mercado crescente, dinâmico, competitivo e com algum poder de compra - Existência de parceiros nacionais e internacionais disponíveis para cooperar na melhoria das condições de vida urbana - Existência de um sector privado, dinâmico e colaborativo - Existência de um potencial não explorado para o desenvolvimento de actividades turísticas e outras conexas - Existência de mão-de-obra jovem e com disponibilidade para integrar o mercado de trabalho - Existência de oportunidades múltiplas de formação e capacitação 	<ul style="list-style-type: none"> Contexto económico e financeiro internacional incerto e com reflexos na APD e no IDE (Investimento Directo Estrangeiro) - Derrocadas e inundações

ANALISE SWOT PARA ALOJAMENTOS E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIROS ESPONTÂNEOS INFORMAIS

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma vontade política (central e local) para a melhoria das condições de habitação na Capital - Experiencia na elaboração de Planos de Desenvolvimento Urbano específicos para os bairros mais vulneráveis/ - Grande dinâmica de crescimento populacional principalmente da camada jovem - Existência de um sector privado e dinâmico na indústria imobiliária - Edifícios habitacionais relativamente novos - Experiencia na requalificação urbana - Disponibilidade da população para aderir a novas tipologias dos alojamentos - Existência de uma demanda crescente no sector imobiliário - Existência de um número relativamente reduzido de edifícios em ruínas - Existência de um Sistema de Informação Municipal e cadastro - Predisposição do mercado para construção de alojamentos multifamiliares - Existência de um programa de reabilitação e construção de casas de custo controlado - Disponibilidade do Governo em cooperar com o Município na resolução das questões de habitação - Câmara Municipal activa na melhoria das condições de habitabilidade das famílias Existência de um serviço de fiscalização e controlo . 	<ul style="list-style-type: none"> - Demasiada dependência dos poderes públicos na resolução das questões de habitação - Incapacidade da Câmara Municipal de responder atempadamente as demandas habitacionais das populações - Conflitos entre o poder central e local sobre a politica de utilização dos solos - Falta de recursos municipais para fazer face às crescentes demandas de melhorias das habitações _ Mais de 50% da Cidade ocupada de forma desorganizada _ Indefinição de fronteiras entre o Municio da Praia e outros municípios adjacentes _ Índices relativamente elevados de ocupação do solo traduzido numa grande densidade _ Grande proporção de edifícios por concluir _ Irregularidades múltiplas no registo das propriedades e edifícios _ Inexistência de um parque de Património Cultural legalmente classificado - Multiplicação e extensão dos bairros informais com alojamentos precários 	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade de verticalização e melhor aproveitamento do solo urbano - Existência de incentivos (crédito) a construção de habitação própria _ Existência do Programa "Casa para todos" - Existência de uma população crescente e aumento das oportunidades de mercado imobiliário Publicação de preços médios de referência no mercado de habitação - Carta Municipal do Património Cultural e Natural em construção; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação Urbana sobre importantes reservas de recursos naturais, Crise e seus efeitos Derrocadas das encostas e inundações

ANALISE SWOT PARA SEGURANÇA URBANA

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de estruturas policiais descentralizadas - Existência de um número crescente de efectivo policial - Existência de brigadas especializadas no corpo de efectivos policiais - Existência de um serviço de guarda municipal - Existência de uma vontade política do município em melhorar as condições de segurança dos alojamentos - Serviço de protecção civil equipado, colaborativo e muito actuante - Serviço das forças militares cooperante e interventivo quando solicitado - Programa de controlo da proliferação das armas ligeiras e de pequeno calibre - Programa de combate ao uso da droga 	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência crescente da violência e criminalidade urbana - Aumento da criminalidade e da delinquência juvenil - Desorganização urbana favorecedora da criminalidade - Aumento da desigualdade social - Tendência crescente de acidentes rodoviários - Tendência crescente para o alcoolismo e uso de droga - Falta de recursos suficientes para a requalificação urbana - Deficiente sistema de iluminação pública - Deficiente enquadramento sócio profissional dos emigrantes - Deficiente enquadramento sócio profissional dos deportados - Enquadramento legal da polícia municipal não adequada 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um centro de formação policial - Governo, sociedade civil e poder local engajados na luta contra a violência - Programas de enquadramento de jovens delinquentes disponíveis - ONG e associações comunitárias activas no combate a insegurança - Oportunidades de formação profissional disponíveis - Programa de promoção do micro empreendedorismo disponível - Plano energético em implementação 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de um quadro legal de suporte a criação da polícia municipal - Efeito da crise sobre o país e redução de fundos para o combate à criminalidade

ANALISE SWOT PARA SERVIÇOS URBANOS DE BASE

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Cobertura relativamente adequada em termos de equipamentos colectivos - Centros de saúde descentralizados e equipados - Distribuição descentralizada de infra-estruturas sociais - Programas de requalificação de bairros degradados em execução - Programas de criação de espaços desportivos e de lazer em execução - Programa de melhoria das infra-estruturas comunitárias em execução - Projecto de gestão de resíduos sólidos em execução - Rede viária melhorada e em continuo processo de construção - Instrumentos de gestão territorial em construção - Programa de protecção das encostas em execução - Parques de exercício físico disponíveis e descentralizados - Espaços de lazer disponíveis e descentralizados - Sistema de recolha de resíduos sólidos em processo de melhoria - Maior envolvimento das associações juvenis e comunitárias na conservação e gestão dos equipamentos colectivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiente cobertura de equipamentos culturais - Distribuição deficiente dos equipamentos colectivos - Grande concentração dos equipamentos apenas no centro da cidade - Fraca cobertura de equipamentos nas áreas peri-urbanas e rurais do município - Falta de infra-estruturas de turismo - Deficiente rede de equipamentos sociais - Deficiente cobertura em termos de estabelecimentos culturais, desportivas e de lazer - Deficiente cobertura em termos de recolha de resíduos sólidos - Fraca colaboração das populações na manutenção da higiene da cidade - Persistência de actos de incivilidade urbana - Desrespeito pelo código de postura municipal - Vandalismo dos equipamentos sociais - Falta de espaços verdes 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidades organizadas e disponíveis para colaborar na gestão dos equipamentos sociais - Grupos culturais e desportivos comunitários disponíveis para cooperar - Existência de estudos sectoriais actualizados - Existência de um plano municipal de dotação de infra-estruturas de ocupação dos tempos livres dos jovens, centros de estudo, etc.) - Centros do emprego e de formação profissional disponíveis para colaborar 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da produção de resíduos sólidos - Insuficiência energética - Crescimento da delinquência juvenil - Aumento do alcoolismo e da droga

ANALISE SWOT PARA AMBIENTE E RISCOS URBANOS

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos adequados de planificação e gestão territorial em construção - Plano Municipal para o Ambiente Disponível - Programas e iniciativas de sensibilização pública disponibilizadas - Iniciativas de sensibilização das populações sobre os riscos disponibilizados - Serviço de protecção civil equipado e treinado - Programa de melhoria e protecção das encostas disponibilizado - Actividades de melhoria do escoamento das águas implementado - Existência de áreas florestais - Grande parte de solos arável - Disponibilidade de solos com potencial para expansão de assentamentos urbanos - Comunidades sensibilizadas e participativas nas iniciativas de protecção e educação ambiental - Existência de ETAR - Projecto de ligação de água aos domicílios - Programa Municipal de construção de casas de banhos em curso - Programa de educação ambiental em curso 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca capacidade de intervenção municipal - Falta de recursos a nível municipal - Deficiente articulação colaboração entre a autoridade central e local - Grande pressão demográfica sobre os recursos - Localização inadequada da lixeira municipal - Exposição da lixeira municipal - Deficiente educação ambiental das populações - Falta de espaços verdes na cidade - Aumento de construções informais - Relevo acentuado facilitando a erosão - Extracção descontrolada de inertes - Populações vivendo nas lixeiras Animais soltos no meio urbano - Criação de animais em condições não adequadas no meio urbano - Deficiente funcionamento do ETAR - Deficiente produção de água potável - Deficiente sistema de distribuição de água na cidade - Falta de um plano director de drenagem de águas pluviais - Deficiente cobertura de áreas verdes e de lazer - Deficiente ordenamento da orla marítima - Deficiente gestão das praias - Não aproveitamento das águas residuais do ETAR - Ausência de política sectorial para a pecuária - Degradação do sistema agro-silvo-pastoris - Construção no leito das ribeiras e nas encostas 	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro legal e regulamentar adequado - Disponibilidade de parceiros para cooperar - Fundos de parceiros disponibilizados - Plano Municipal par o Ambiente elaborado - Iniciativas de protecção e educação ambiental a nível comunitário - Potencial para reflorestação com plantas endógenas e desérticas - Crescente aumento das organizações pró-ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção no leito das ribeiras e nas encostas - Excessiva dependência de parceiros para financiamento -efeitos da crise - Mudanças climáticas - Possibilidades de catástrofes por inundações e deslizamento de terras

ANÁLISE SWOT PARA QUADRO DO GÉNERO

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>-Engajamento político na promoção de iniciativas de igualdade e equidade do género</p> <p>-Lei contra violência baseada no género</p> <p>-Programas de educação e sensibilização sobre o género</p> <p>-Programa de protecção materno infantil</p> <p>-Existência de organizações da sociedade civil activas na promoção familiar</p> <p>-Aumento do número de mulheres nos órgãos decisórios</p> <p>-Existência de associações de mulheres engajadas na luta para a igualdade e equidade de géneros</p> <p>Programa Municipal para equidade e igualdade de género</p>	<p>-Desestruturação familiar</p> <p>-Inexistência de plano municipal de intervenção na promoção da igualdade e equidade de género</p> <p>-Falta de recursos financeiros a nível municipal</p> <p>-Paternidade irresponsável</p> <p>-Crescente abuso do álcool e das drogas</p> <p>- Violência doméstica</p>	<p>- Maiores oportunidades de formação e capacitação para a camada feminina</p> <p>- Plano Nacional para Promoção da Igualdade e equidade de género</p> <p>-Autoridades policiais sensíveis a questão da violência baseada no género</p> <p>-Linha denúncia anónima disponível</p>	<p>-Excessiva dependência de recursos financeiros dos parceiros</p>

ANÁLISE SWOT QUADRO DO HIV-SIDA

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> -Autoridade municipal engajada em acções de luta contra o HIV-SIDA -ONG activas na promoção e desenvolvimento de iniciativas de combate ao HIV-SIDA -Existência de um Comité municipal de Luta contra o HIV-SIDA -Estruturas de saúde equipadas e interventivas -Programa de tratamento do HIV_SIDA disponível -Programa de prevenção da transmissão vertical em execução 	<ul style="list-style-type: none"> -Iniciação sexual precoce e irresponsável -Falta de recursos financeiros a nível municipal - Estigmatização em relação às pessoas vivendo com o VIH-SIDA 	<ul style="list-style-type: none"> - Maiores oportunidades de formação e capacitação para a mulher -Plano nacional de Combate ao VIH-SIDA -Maior exposição do impacto do VIH- SIDA 	<ul style="list-style-type: none"> Excessiva dependência de recursos financeiros dos parceiros

FICHA DE PROJECTO Nº 1

NOME/TITULO DE PROJECTO: Programa de Requalificação Urbana e Ambiental dos Bairros da Praia - Capital de Cabo Verde

ENQUADRAMENTO: ONU Habitat

SUBPROGRAMA – Câmara Municipal da Praia -

ÁREA GEOGRÁFICA DA INTERVENÇÃO – Praia Norte – Cidade da Praia

Orçamento Estimativo em ECV:

Custo estimado para a elaboração dos PRUA – 37.596.976 ECV (341.791Euros).

De notar que o Programa será composto por cinco projectos distintos que correspondem às cinco divisões administrativas da Praia

Designação

Área de Intervenção

Factor Índice Popul./Área

Custo

Designação	Área de Intervenção	Factor Índice Popul./Área	Custo	
			ECV	Euros
P1. PRUA Praia Norte	607	1,0	12.149.196	110.447
P2. PRUA Praia Centro	121	1,5	1.822.129	16.565
P3. PRUA Praia Sul	344	1,2	8.247.508	74.977
P4. PRUA Praia Oriental	678	0,4	5.425.746	49.325
P5. Prua Praia Ocidental	498	1,0	9.952.379	90.476

DURAÇÃO DO PROJECTO: 18 Meses (Dezoito Meses)

JUSTIFICAÇÃO:

Constitui objectivo principal do programa, dotar a Cidade da Praia de um Programa de Requalificação Urbana e Ambiental da Praia Norte (PRUA), um verdadeiro instrumento de intervenção, planeamento e gestão das franjas desagregadas e desqualificadas existentes nos bairros desta cidade, sob o enquadramento de um pensamento e de uma política global e integrada que se projecta para a cidade, materializada e compatibilizada em acções articuladas e focalizadas na Divisão administrativa, que agrupa e organiza o território urbano em Cinco Zonas, a saber: Praia Norte, Praia Centro, Praia Sul, Praia Oriental e Praia Ocidental.

O presente projecto, que abreviadamente se chama PRUA Bairros, surge para potenciar a reorganização funcional e integração social plena da Cidade através da valorização urbanística sustentada social e economicamente, exequível e atingível a curto, médio e longo prazo, através de programação de decisões e acções concretas no território, visando o aumento efectivo dos baixos índices de desenvolvimento humano que cobrem actualmente grandes porções de áreas dentro do perímetro urbano da Cidade da Praia.

DESCRIÇÃO:

Subjacente ao PRUA Bairros está implícita a integração real dos bairros informais, dos loteamentos irregulares na Cidade Formal. Significa que serão feitos Cadastros das condições fundiárias de todas as ocupações, dos traçados das redes concessionárias e ligações domiciliárias (água, esgotos, electricidade, telefones, etc), visando o levantamento e inclusão no sistema de todas as situações legalizáveis ou não, adoptando regras e princípios de normalização e agilização dos procedimentos de licenciamento, critérios qualitativos mais exigentes e conciliáveis com soluções alternativas inerentes aos processos informais, sendo complementado por outros programas de melhorias físicas, tais como, políticas e programas de habitação e directrizes para medidas de actuação administrativa e socioeconómica, junto das famílias.

PRUA Bairros enfrenta o desafio das relações aparentemente antagónicas entre a “Cidade Formal/Legal” -vs- “Cidade Informal/Illegal”, nos sítios onde a grande complexidade dos fenómenos sociais associados à alta incidência de irregularidades urbanísticas, acabam por colocar em perigo e tentam anular a eficácia das acções isoladas

BENEFICIÁRIOS:

Habitantes dos Bairros da Capital em geral e, em particular as populações residentes nos bairros informais da Praia. Estima-se em $\frac{1}{4}$ da população residente na capital (30 mil habitantes) os beneficiários directos do programa.

OBJECTIVOS

- Contribuir para a redução sustentada da pobreza urbana
- Reduzir as assimetrias entre os bairros da capital
- Valorizar o espaço urbano
- Melhorar a qualidade de vida no meio urbano
- Melhorar a circulação intra-bairros e inter-bairros na capital
- Melhorar o acesso a bens serviços e equipamentos sobretudo para as populações mais vulneráveis da capital
- Aumentar a segurança e reduzir os riscos urbanos
- Melhorada a capacidade de coordenação, controlo e vigilância na planificação, intervenção e gestão dos espaços/territórios urbano

RESULTADOS ESPERADOS:

- Um programa de requalificação urbana e ambiental de intervenção participada a em cinco bairros da capital elaborada e aprovada
- Quantificada, mensurada e inventariado o número total de edificações legais e de génese ilegal existentes nos bairros objecto de intervenção
- Analisada o potencial de mobilização de receitas adicionais com a requalificação dos bairros e sua contribuição para a sustentabilidade económica do programas
- Um plano de cadastro das infra-estruturas colectivas e de oferta de bens e serviços as populações elaborada
- Planos de disponibilização de bolsas de terrenos para programas de habitação elaborada e sua divulgação assegurada
- Plano de descentralização de equipamentos e serviços elaborada
- Estrutura de gestão dos PRUAS definido e sua implementação aprovada

ACTIVIDADES

- Preparação de termos de referência para recrutamento de uma equipa
- Instalação das Agências de Desenvolvimento Comunitário
- Criação dos instrumentos de planificação e gestão das Agências
- Definição do quadro de competência e responsabilidade das agências
- Elaboração dos projectos que constituem o programa
- Mobilização de parceiros e recursos para a implementação dos PRUAS

BIBLIOGRAFIA

INE (2000). Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), Instituto Nacional de Estatística, Praia, Cabo Verde.

INE (2008). Projeções Demográficas 2000-2020, Praia, Cabo Verde.

INE (2002). Cartografia da Pobreza 2001/2002, Instituto Nacional de estatística, Praia, Cabo Verde.

INE (s/d). Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar de 2006 e 2007, (QUIBB-CV 2006 e 2007), Instituto Nacional de estatística, Praia, Cabo Verde.

INE (s/d). Inquérito Semestral do Emprego de 2006 e 2008, Praia, Cabo Verde.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca (2004). Recenseamento Geral Agrícola de Cabo verde, Praia, Cabo Verde.

Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2005, 2007, 2008. Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação, Praia, Cabo Verde.

Ministério de Saúde Balanço do Programa de Luta contra a SIDA durante o ano 2009, Análise da Situação Actual, Praia, Cabo Verde.

MAHOT/ONUHABITAT, Estudo sobre a Relação da Organização do Espaço Urbano e a Violência Urbana em Cabo Verde, Método de Avaliação Rápida RSA, 2011;

INE, Estatísticas do Turismo, Praia Cabo Verde

Polícia Nacional, Estatísticas da Criminalidade, Praia Cabo Verde

MDHOT, Anuário dos Municípios de Cabo Verde Praia Cabo Verde

Afrosondagem/MDHOT, Estudo Sócio-Económico de Jamaica e Boca de Inferno, Praia Cabo Verde

CMP - Câmara Municipal da Praia

ACRÓNIMOS

ADA – Agência de Distribuição da Água

AMJ – Associação Caboverdiana das Mulheres Juristas

ANAC – Agência Nacional das Comunicações

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BAC – Brigada Anti-crime

BIC – Brigada de Investigação Criminal

CCS-SIDA – Comité de Coordenação do Combate a Sida

CMP – Câmara Municipal da Praia

COMNAC - Comissão Nacional de Controlo de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre

CV – Cabo Verde

EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

ELECTRA – Empresa de Electricidade e água

ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais -

EUA – Estados Unidos da América

FIC - Feira Internacional de Cabo Verde

GM – Guarda Municipal

GPS - Global Positioning System

ICF – Instituto de Condição Feminina

ICIEG – Instituto para a Igualdade e Equidade do Género

IDE - Investimento Directo Estrangeiro

IDSR - Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva

INE – Instituto Nacional de Estatística

MORABI - Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento

MPD – Movimento para a Democracia

NU - Nações Unidas

OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PDM – Países de Desenvolvimento Médio

PENLS - Plano Estratégico de Luta contra a SIDA

USAID – United State Agency for International Development

PROGRAMA PARTICIPATIVO DE MELHORIA DOS BAIRROS INFORMAIS

PSUP (PARTICIPATORY SLUM UPGRADING PROGRAMME)

FASE 1 – ELABORAÇÃO DOS PERFIS URBANOS LOCAIS E NACIONAL

- CABO VERDE -

DISCUSSÃO PÚBLICA - Cidade da Praia, 28 de Dezembro de 2011

NOME	INSTITUIÇÃO
FILOMENA DELGADO	Assembleia Municipal Praia
VICTOR COUTINHO	Câmara Municipal da Praia – Vereador para o Ordenamento da Cidade
GILBERTO SILVA	Câmara Municipal da Praia – Vereador para o Saneamento
MARIA ALELUIA ANDRADE	Câmara Municipal da Praia – Vereador para a Cooperação
ANTÓNIO LIMA FORTES	Câmara Municipal da Praia
MARIA DA GRAÇA MAIA	Câmara Municipal da Praia
LÚCIA CARDOSO	Câmara Municipal da Praia
JOÃO CARLOS VARELA SEMEDO	Assembleia Municipal Praia
JESSICA SOUSA	Câmara Municipal da Praia
AQUILES OLIVEIRA	Câmara Municipal da Praia
TERESA TAVARES	Câmara Municipal da Praia
MANUEL FERNANDES	Câmara Municipal da Praia
ADELINA DUPRET	Câmara Municipal da Praia
JAIRSA NASCIMENTO	Câmara Municipal da Praia
ISABEL DELGADO	Câmara Municipal da Praia
LAURINDA NEVES	Câmara Municipal da Praia
ZILMA LOPES	Câmara Municipal da Praia
JOSÉ MENDONÇA MONIZ	Câmara Municipal da Praia
PEDRO GONÇALVES	Câmara Municipal da Praia
VANUSA CARDOSO	Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade
MARCELINO FORTES	Associação Defesa do Ambiente – ADAD
ANTÓNIO LIMA	Associação Defesa do Ambiente – ADAD
CELINA SANCHES SEMEDO	Associação Fidjus de Ponta d'Água
VALENTIN ANTÓNIO	Associação Guiné-bissau
PAULO RICARDO BORGES	Escola de Futebol
BERNARDINO GONÇALVES	Associação Safende
PADRE JOSÉ CONSTANTINA BENTO	Paróquia Nossa Senhora do Socorro
VEIGA MONIZ	Paróquia São Filipe Apóstolo
IRMÃ ANTÓNIA JOANA SILVA	Caritas caboverdianas
MARIA JOSÉ ALFAMA	Agrupamento Escuteiros Achadinha
OSVALDINO VIEIRA DE ANDRADE	Associação cabo-verdiana de Deficientes
DULCE SILVA	Associação Deficientes visuais
ÁGUIDO CABRAL	Consultor Perfil Praia /Afrosondagem
MIRA ÉVORA	Ministério Ambiente, Habitação e ordenamento do Território
FRANCISCO LIVRAMENTO	Ministério Ambiente, Habitação e ordenamento do Território
JANICE HELENA DA SILVA	Nações Unidas - ONUHABITAT

CONTACTOS

Kerstin Sommer - Responsável Global do PSUP na ONU - HABITAT: email: kerstin.sommer@unhabitat.org

Mathias Spaliviero - Conselheiro Regional da ONUHABITAT para África: email: Mathias.Spaliviero@unhabitat.org

Janice Helena Da Silva - Coordenadora da ONU-HABITAT para Cabo Verde: email: janice.silva@cv.jo.un.org; janice.silva@undp.org

Jeiza Barbosa - Directora da DGOTDU e Ponto Focal do PSUP no Governo de Cabo Verde: Jeiza.Tavares@mahot.gov.cv

Rafael Fernandes - Vereador e Ponto Focal do Programa PSUP na Câmara Municipal da Praia: cmp.rfernandes@gmail.com